

Roberta Mota Alvarenga

DA SALA DE AULA AO TRABALHO:

as exigências linguísticas das empresas
petrolíferas do norte fluminense



Atena
Editora
Ano 2025

Roberta Mota Alvarenga

DA SALA DE AULA AO TRABALHO:

as exigências linguísticas das empresas
petrolíferas do norte fluminense



Atena
Editora
Ano 2025

Editora chefeProf^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira**Editora executiva**

Natalia Oliveira Scheffer

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Vilmar Linhares de Lara Junior

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Yago Raphael Massuqueto Rocha

2025 by Atena Editora

Copyright © 2025 Atena Editora

Copyright do texto © 2025, o autor

Copyright da edição © 2025, Atena Editora

Os direitos desta edição foram cedidos à Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena Editora

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

A Atena Editora mantém um compromisso firme com a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, assegurando que os padrões éticos e acadêmicos sejam rigorosamente cumpridos. Adota políticas para prevenir e combater práticas como plágio, manipulação ou falsificação de dados e resultados, bem como quaisquer interferências indevidas de interesses financeiros ou institucionais. Qualquer suspeita de má conduta científica é tratada com máxima seriedade e será investigada de acordo com os mais elevados padrões de rigor acadêmico, transparência e ética.

O conteúdo da obra e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade, são de responsabilidade exclusiva do autor, não representando necessariamente a posição oficial da Atena Editora. O download, compartilhamento, adaptação e reutilização desta obra são permitidos para quaisquer fins, desde que seja atribuída a devida autoria e referência à editora, conforme os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Os trabalhos nacionais foram submetidos à avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial da editora, enquanto os internacionais passaram por avaliação de pareceristas externos. Todos foram aprovados para publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Da sala de aula ao trabalho: as exigências linguísticas das empresas petrolíferas do norte fluminense

Autora: Roberta Mota Alvarenga
Revisão: A autora
Diagramação: Jeniffer Paula dos Santos
 Ellen Andressa Kubisty
Capa: Yago Raphael Massuqueto Rocha
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A473 Alvarenga, Roberta Mota
 Da sala de aula ao trabalho: as exigências linguísticas das empresas petrolíferas do norte fluminense / Roberta Mota Alvarenga. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2025.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-258-3304-0
 DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed040250905>

1. Indústria de petróleo e gás - aspectos sociais e profissionais. 2. Linguística. 3. Política educacional. I. Alvarenga, Roberta Mota. II. Título.

CDD 331.7616

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 +55 (42) 3323-5493
 +55 (42) 99955-2866
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' é utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra declara, para todos os fins, que: 1. Não possui qualquer interesse comercial que constitua conflito de interesses em relação à publicação; 2. Participou ativamente da elaboração da obra; 3. O conteúdo está isento de dados e/ou resultados fraudulentos, todas as fontes de financiamento foram devidamente informadas e dados e interpretações de outras pesquisas foram corretamente citados e referenciados; 4. Autoriza integralmente a edição e publicação, abrangendo os registros legais, produção visual e gráfica, bem como o lançamento e a divulgação, conforme os critérios da Atena Editora; 5. Declara ciência de que a publicação será em acesso aberto, podendo ser compartilhada, armazenada e disponibilizada em repositórios digitais, conforme os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). 6. Assume total responsabilidade pelo conteúdo da obra, incluindo originalidade, veracidade das informações, opiniões expressas e eventuais implicações legais decorrentes da publicação.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite copiar, distribuir, exhibir, executar, adaptar e criar obras derivadas para quaisquer fins, inclusive comerciais, desde que sejam atribuídos os devidos créditos ao(s) autor(es) e à editora. Esta licença substitui a lógica de cessão exclusiva de direitos autorais prevista na Lei 9610/98, aplicando-se os princípios do acesso aberto; 2. Os autores mantêm integralmente seus direitos autorais e são incentivados a divulgar a obra em repositórios institucionais e plataformas digitais, sempre com a devida atribuição de autoria e referência à editora, em conformidade com os termos da CC BY 4.0.; 3. A editora reserva-se o direito de disponibilizar a publicação em seu site, aplicativo e demais plataformas, bem como de comercializar exemplares impressos ou digitais, quando aplicável. Em casos de comercialização direta (por meio de livrarias, distribuidores ou plataformas parceiras), o repasse dos direitos autorais será realizado conforme as condições estabelecidas em contrato específico entre as partes; 4. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a editora não cede, comercializa ou autoriza o uso de dados pessoais dos autores para finalidades que não tenham relação direta com a divulgação desta obra e seu processo editorial.

Conselho Editorial**Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal de Uberlândia

Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo

Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miraniilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Thiago Barbosa Soares – Universidade Federal do Tocantins

Dedico este trabalho a Deus, ao meu esposo,
aos meus pais e aos meus filhos pelo apoio,
incentivo e compreensão.

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir cursar o mestrado e por me dar força e sabedoria nessa jornada.

À minha mãe Josélia, ao meu pai Paulo Roberto, meus primeiros mestres e eternos amores.

Ao meu esposo, Fábio Júnior, e aos meus filhos, Paulo Roberto e Luísa, pelo apoio, incentivo, companheirismo e paciência.

Ao orientador Prof. D.Sc. Eduardo Shimoda, pela dedicação, paciência e perfeita orientação neste trabalho.

Aos membros da Banca Examinadora, pelas contribuições a este trabalho.

Ao Instituto Federal Fluminense (IFF), pelo incentivo e apoio.

À Universidade Candido Mendes de Campos dos Goytacazes (UCAM) e a todos os professores e funcionários do Mestrado.

Aos colegas de jornada, pela amizade e pela troca de experiências.

Às empresas entrevistadas e aos seus colaboradores, que se fizeram imprescindíveis para a realização deste trabalho.

“Lutar com palavras

É a luta mais vã.

Entanto lutamos

Mal rompe a manhã”

Carlos Drummond de Andrade

“Se o homem não tem oportunidade de desenvolver e enriquecer a linguagem, torna-se incapaz não só de compreender o mundo que o cerca, mas também de agir sobre ele”

Maria Lúcia de Arruda Aranha

ANP	Agência Nacional do Petróleo
CENPES	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
COPPE	Coordenação de Pós - Graduação em Engenharia
ISEPAM	Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LBDEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCEM	Orientações Curriculares para o Ensino Médio
ONIP	Organização Nacional da Indústria
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PFRH	Programa de Formação de Recursos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica

DA SALA DE AULA AO TRABALHO: AS EXIGÊNCIAS LINGUÍSTICAS DAS EMPRESAS PETROLÍFERAS DO NORTE FLUMINENSE.

Diante de uma tendência que valoriza um perfil profissional competente na comunicação e na expressão, seja sob a forma escrita ou oral, busca-se reconhecer e qualificar essa relação entre a formação linguística, ainda tão falha em nossa realidade educacional, e determinadas empresas petrolíferas de destaque na região Norte Fluminense. Convém enfatizar, com o estudo proposto, a aliança entre o Ensino Médio (técnico ou regular), etapa conclusiva da Educação Básica, e o mercado de trabalho diretamente relacionado à exploração e à produção de petróleo na região, no que diz respeito ao desenvolvimento da capacidade linguística do aluno/ trabalhador. A partir de uma breve fundamentação teórica acerca das duas vertentes centrais deste estudo, mercado profissional petrolífero e educação linguística, são expostos os resultados da pesquisa sobre esse aspecto em empresas petrolíferas, por meio de dados e informações que confirmam a relação entre a língua portuguesa e o trabalho. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, em Feiras vinculadas ao setor analisado e por e-mail, direcionadas aos recrutadores ou colaboradores ligados à seleção de funcionários para a empresa. A realidade empresarial do Norte Fluminense investigada ratifica a hipótese de que as demandas das empresas petrolíferas regionais se alteraram e que a linguagem ocupa um importante papel no processo de empregabilidade dessas organizações. Paralelamente, com o respaldo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, analisa-se que o meio educacional que prepara para esse mercado ainda está carente de políticas públicas e educacionais de qualidade direcionadas ao desenvolvimento da leitura e da escrita, apesar de ações que já avançam nesse sentido há algum tempo. A relação escola- empresa também é contemplada, com base na realidade do Instituto Federal Fluminense (IFF). São apontadas, ainda, ao longo do trabalho, proposições para que se repensem os caminhos do ensino da língua, a fim de que a educação básica seja mais significativa para o aluno e futuro profissional em nossa região.

PALAVRAS-CHAVE: Empresas petrolíferas. Demandas linguísticas. Ensino da língua. Políticas educacionais.

WORKING THE CLASSROOM: THE LANGUAGE REQUIREMENTS OF OIL COMPANIES OF NORTH FLUMINENSE

Faced with a trend that values a competent professional profile in communication and expression, whether in written or oral, it seeks to recognize and qualify the relationship between language training, yet so flawed in our educational reality, and certain oil companies Featured in our region. It is worth emphasizing, with the proposed study, the alliance between high school (technical or regular), concluding stage of basic education, and the labor market directly related to the exploitation and production of oil in the region, with regard to the development of language skills of the student / worker. From a brief theoretical background about the two central aspects of this study, oil professional market and language education, the search results on this aspect in oil companies are exposed through data and information that confirm the relationship between the Portuguese and the work. Semi-structured interviews were conducted in shows linked to the sector analyzed and e-mail, directed to recruiters or employees linked to the selection of employees for the company. The business reality of North region of Rio de Janeiro State investigation confirms the hypothesis that the demands of regional oil companies have changed and that language plays an important role in the employability of these organizations process. At the same time, with the support of the Law of Directives and Bases of National Education and the National Curriculum Parameters of high school, it analyzes the educational environment that prepares for this market is still lacking in public and educational policies of quality directed to the development of reading and writing, although shares already progressing towards for some time. The relationship school- company is also contemplated, based on the reality of IFFluminense. They are placed, yet, throughout the work, proposals for rethinking the language teaching paths, so that basic education is more significant for the student and professional future in our region.

KEYWORDS: Oil companies. Linguistic demands. Language instruction. Education policy.

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1
1.2 OBJETIVO.....	2
1.3 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO	3
2. REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1 SETOR DE PETRÓLEO E GÁS	5
2.1.1 Reflexões sobre Petróleo, Gás e Região.....	5
2.1.2 As Empresas de Petróleo e Gás e a Comunicação.....	10
2.2 O PAPEL DA LINGUAGEM E SUA IMPORTÂNCIA NO MEIO EMPRESARIAL.....	13
2.2.1 Comunicação Eficiente faz a Diferença	14
2.2.2 Ensino de Língua Portuguesa: Constatações.....	16
2.2.3 O Ensino Gramatical (Des) contextualizado	22
2.2.4 A Formação do Professor de Língua Portuguesa.....	27
2.2.5 Educação Básica e Profissionalizante: Uma Questão Estrutural.....	30
2.2.6 Políticas Linguísticas e Educacionais	34
3. ESTUDO DE CASO	37
3.1 INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE: RELAÇÃO ESCOLA- EMPRESA.....	37
3.2 METODOLOGIA	39
3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
3.3.1 Perfil Laboral	41
3.3.2 Demandas Linguísticas das Empresas Regionais	45
3.3.3 Encontros e Desencontros entre Sala de Aula e Trabalho.....	48
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
4.1 CONCLUSÕES	51
4.2 TRABALHOS FUTUROS.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
APÊNDICES.....	56

APÊNDICE A: EMENTA DO CURSO DE LETRAS: INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE: CAMPUS CAMPOS CENTRO	56
APÊNDICE B: PROTOCOLO DE ENTREVISTA PARA OS RECRUTADORES OU SUPERVISORES DAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS	60

INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A cada dia, empresas e companhias descobrem o valor dos trabalhadores que dominam a língua portuguesa. A qualificação profissional em língua portuguesa já é considerada tão importante quanto a especialização tecnológica. Empresas estão preocupadas não só com habilidades, com máquinas tecnologicamente sofisticadas, mas também com uma ferramenta antiga e aparentemente mais simples: a linguagem (FUHRMANN, 2011)

A realidade nas empresas inclui, muitas vezes, baixa escolaridade e dificuldades com leitura e escrita, dificultando a comunicação e a elaboração de relatórios, por exemplo. Percebe-se, então, a necessidade de uma formação básica aperfeiçoada para uma inserção eficaz no mundo do trabalho. Trata-se, portanto, de investir-se em políticas linguísticas e educacionais que valorizem os que estão em processo de aprendizado.

Não se pretende, no entanto, uma educação básica meramente formadora de mão de obra, mas que, paralelamente ao investimento numa educação plena, reflexiva, crítica e eficiente, se atente à mudança no perfil laboral, em níveis nacional e regional. A linguagem tem seu valor prático reconhecido e seu bom uso faz diferença na evolução profissional.

Assim, essa interação entre o mundo do trabalho e a formação básica caracteriza-se como um ajuste necessário para o desenvolvimento empresarial e regional. Conforme previsto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que propõe as diretrizes e bases da educação nacional, trata-se de condição para a aplicabilidade e da eficácia da educação. Nesse contexto, o Ensino Médio deve estar vinculado à prática social e à profissional.

Partindo de uma tendência que valoriza um perfil profissional competente na comunicação e na expressão, seja sob a forma escrita ou a oral, busca-se reconhecer e qualificar essa relação entre a formação linguística, ainda tão falha em nossa realidade educacional, e as empresas de destaque em nossa região, mais especificamente em empresas atuantes no segmento *offshore* em Macaé.

Intenciona-se com a presente análise comprovar uma já existente demanda por um profissional mais qualificado, incluindo nessa capacitação uma base consistente no que diz respeito ao uso da língua portuguesa. Além disso, pretende-se estimular, onde ainda não é significativa tal demanda, a conscientização por uma qualificação que integre técnica e linguagem, para que se efetive um desenvolvimento em todos os níveis. Vale, ainda, ressaltar que a eficácia linguística tem sido cada vez mais destacada como caminho para o sucesso na profissão, em diversos setores e níveis.

A região Norte Fluminense é destaque na exploração de petróleo e gás natural. Propõe-se, então, uma pesquisa de campo com empresas desse ramo em nossa região, para que se verifique a interferência do aspecto comunicativo em seu desenvolvimento.

Inúmeras são as produções sobre as possibilidades das situações comunicativas. Em Possenti (2011, p.22) analisa-se a relação entre uso e norma. O texto discute conceitos de adequação e inadequação linguística. É relevante analisar tais conceitos e perceber que o uso da língua depende essencialmente do contexto de comunicação. Para tanto, reflete-se, neste trabalho, sobre a importância de se expressar adequadamente no ambiente de trabalho, efetivando e aplicando as normas gramaticais na construção da linguagem.

A grande questão é aliar os estudos da língua presentes na sala de aula, que ainda se mantêm distantes da realidade, à sua utilidade prática, especialmente à sua relevância no mundo do trabalho regional. Estreitar os laços entre escola e trabalho, eis o desafio. Pouco a pouco esse interesse ganha forma, mas há muito que fazer. Promover a funcionalidade do estudo de língua portuguesa, das leituras várias e das produções textuais em vários âmbitos, requer, antes de tudo, uma consciência da necessidade do bom uso da língua na inserção e na atuação no mercado de trabalho, entre outros.

Mais do que um mero estudo de uma gramática básica exigida por empresas da região, pretende-se um entrelaçamento de conhecimentos linguísticos essenciais ao desenvolvimento do trabalho em empresas, que se estende, portanto, ao desenvolvimento de toda a região.

Diante da percepção de alguns dos equívocos mais comuns nas aulas de Língua Portuguesa (gramática, produção textual, literatura), propõe-se uma adequação do ensino de nossa língua à demanda das empresas, de modo que se valorizem aspectos linguísticos essenciais ao meio profissional. Sabe-se que esse ensino não deve ter fim exclusivamente profissionalizante: estudar integralmente uma língua envolve inúmeros aspectos. No entanto, uma de suas aplicabilidades é, sem dúvida, a comunicação verbal adequada no local onde se exerce a profissão. Dessa forma, Ensino Médio e Mercado de Trabalho percorrem caminhos afins e complementares. Acrescenta-se, ainda, uma breve exposição acerca do valor educacional e profissionalizante do Instituto Federal Fluminense nessa trajetória, com destaque para a relação escola-empresa tão incentivada em escolas com cursos técnicos.

Considerando o valor das empresas petrolíferas na região, visa-se a um aprimoramento no preparo dos profissionais que nelas atuariam. O mercado de trabalho, cada vez mais amplo, e ao mesmo tempo exigente, passa, assim, a ser sinônimo de oportunidade e ao mesmo tempo, interface entre o saber e o fazer.

1.2 OBJETIVO

Objetiva-se, com o estudo proposto, fundamentar a relação entre o Ensino Médio (técnico ou regular), etapa conclusiva da Educação Básica, e o mercado de trabalho diretamente relacionado à exploração e produção de petróleo na região, no que diz respeito ao desenvolvimento da capacidade linguística do aluno/ trabalhador.

A defasagem na educação, amplamente divulgada, principalmente no que se refere a competências de leitura e de escrita, é provável geradora de dificuldades no meio empresarial, tais como despreparo na expressão de tarefas, comandos, mensagens orais ou escritas, assim como na elaboração de relatórios e textos dos mais diversos gêneros. Tendo em vista a necessidade de se fundamentar essa questão de cunho educacional e profissional, investiga-se, neste estudo, o que de fato acontece e se propõe o que é valorizado no contexto analisado. Vale enfatizar que se pretende determinar, com esse estudo, quais são as competências de linguagem mais nitidamente necessárias à atuação no mercado em questão.

1.3 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Nesta introdução, após as considerações iniciais anteriormente colocadas, o objetivo declarado e a presente estrutura do trabalho reiterada, seguem-se mais três capítulos, cuja apresentação vem na sequência.

O segundo capítulo deste trabalho apresenta o referencial teórico que embasa a pesquisa, dividido em duas partes: a primeira, que trata de aspectos gerais e regionais relacionados a petróleo e gás e, mais especificamente, às empresas desse setor. Nota-se, ainda, uma breve análise da relação entre tais organizações e a linguagem, destacando-se aí aspectos teóricos acerca da comunicação. Na segunda parte teórica, encontram-se considerações mais detalhadas sobre linguagem e outros tópicos a ela relacionados, da importância da comunicação eficiente a políticas públicas educacionais e linguísticas. Propõe-se estreitar os laços entre o mercado profissional estudado e as competências linguísticas (supostamente) trabalhadas no Ensino Médio, bem como visa à análise crítica do ensino da Língua Portuguesa: as questões que envolvem o ambiente escolar, o distanciamento entre a linguagem do educando e a norma padrão da língua, o modo pouco prático e reflexivo com que são conduzidas as aulas, enfim, consideram-se algumas situações já reconhecidas e divulgadas. Na intenção de compor esse ciclo educacional e todo o processo envolvido na busca por uma educação de qualidade, apontam-se, também, a formação do professor de Língua Portuguesa, tendo como objeto de análise a Licenciatura em Letras no âmbito regional e a realidade linguística do Ensino Médio Integrado do Instituto Federal Fluminense- Campos Centro. Busca-se, portanto, definir o papel da linguagem bem utilizada no meio empresarial.

No terceiro capítulo deste trabalho, constata-se a relação escola-empresa exemplificada pelo IFF, incluindo feiras e palestras promovidas pela Instituição. Além disso, são destacadas as necessidades das empresas de petróleo e gás, bem como é investigada a comunicação verbal nesse tipo de empresa, muitas vezes deficiente em função de uma defasagem educacional.

Dessa forma, são delimitados os aspectos investigados e as empresas envolvidas na pesquisa. Explicitados os métodos de pesquisa, as fases de seleção e de atuação nas empresas, os setores e níveis de profissionais, enfim, os elementos essenciais desse contexto. Pretende-se, assim, traçar um perfil, ou perfis, a partir de um conjunto de empresas de nossa região, em relação ao aspecto laboral que se tem e ao que se exige atualmente, tendo em vista as demandas linguísticas desse meio profissional.

No quarto capítulo deste trabalho, em suas considerações finais, são apresentadas as conclusões desta pesquisa, que se dividem em duas vertentes que se entrelaçam: a educação linguística e a realidade do mercado de trabalho em que se inserem os alunos/profissionais.

Ainda nessa parte, são colocados os pretensos trabalhos futuros relacionados à pesquisa, estudos que traçam planos de investigar ainda mais amplamente as demandas do mercado de petróleo e gás, estendendo o número de empresas, cargos e setores, bem como de analisar, de forma mais completa, o contexto escolar e suas perspectivas, tais como a visão docente e discente quanto às exigências linguísticas das empresas petrolíferas do Norte Fluminense.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SETOR DE PETRÓLEO E GÁS

Tendo em vista a presente pesquisa, que tem como informantes basicamente recrutadores e funcionários de empresas petrolíferas regionais, percebe-se que tais empresas acatam, até certo ponto, a importância da Língua Portuguesa em seu contexto profissional. O nosso idioma divide espaço com a Língua Inglesa no quesito comunicação do candidato a uma vaga no mercado de trabalho. Acrescentam-se, ainda, as competências matemáticas, para compor esse triângulo de exigências essenciais ao mercado de trabalho.

O aspecto comunicativo revela-se, então, como algo extremamente requisitado nos processos seletivos das empresas. A maioria dos recrutadores entrevistados, em Feiras relacionadas ao Petróleo e Gás ou por e-mail, reconheceu que ocorre uma dificuldade com a língua materna por parte dos candidatos aos diversos cargos e mesmo dos colaboradores selecionados. Consideram esse domínio linguístico um diferencial e, em alguns casos, uma exigência.

As empresas selecionadas para um primeiro momento deste estudo pertencem ao cenário petrolífero da região Norte Fluminense. Cabe aqui a motivação de uma análise linguística num contexto tão peculiar à região em que se insere um Curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades: o mercado profissional das empresas de petróleo e gás e sua (s) demanda (s).

A partir da consciência do papel da indústria petrolífera em nossa região, bem como da dependência em relação ao petróleo, que se consolidou em meados do século XX e se mantém, ressalta-se a coerência em aprofundar-se na dinâmica profissional desse contexto.

2.1.1 Reflexões sobre Petróleo, Gás e Região

Consolidado o petróleo como insumo essencial para o desenvolvimento econômico-social regional, nacional e mundialmente, sua importância e de sua indústria é motivação suficiente para uma análise conjuntural desse mercado, com ênfase na comunicação empresarial e em suas implicações. Piquet e Terra (2011) acrescentam sobre esse contexto:

Sua capacidade de gerar efeitos multiplicadores na economia de um dado país será, contudo, função do grau de complexidade produtiva e econômica desse país, uma vez que, da jazida ao consumidor final, a exploração e a produção de petróleo e de seus derivados exigem um sistema industrial estruturado por diferentes segmentos de atividades industriais. Se o país dispuser apenas de um parque industrial incipiente, os efeitos multiplicadores da indústria petrolífera ocorrerão em países cujas matrizes industriais tenham condições de atender a essa demanda. (p.14).

Destaca-se, ainda, que a indústria petrolífera apresenta dois grandes segmentos, *upstream* ou montante e *downstream* ou jusante, e que o primeiro diz respeito às fases de exploração, desenvolvimento e produção; o segundo ao transporte, refino e distribuição. Está atrelado a esse contexto a complexidade e os riscos da indústria de petróleo e gás. Trata-se de um mundo competitivo, com uma diversidade de empresas de porte diversificado que operam em estruturas de mercado diferenciadas, conforme Piquet e Terra (2011, p.15). Ainda em concordância com as autoras, o papel central é exercido pelas *petroleiras* (*oil companies*), que constituem “um poderoso, seletivo e pequeno grupo de empresas, tais como a Shell, a Exxon e a Petrobrás.”

Quanto ao gás natural, este é encontrado associado ou não ao petróleo em bacias sedimentares, e, para seu aproveitamento no segmento *upstream* são empregadas basicamente as mesmas tecnologias usadas para o do petróleo, já que ambos podem ser encontrados no mesmo reservatório. Mas, apesar de ser considerado um combustível limpo, esbarra em uma desvantagem básica, que diz respeito ao volume que ocupa, cerca de mil vezes superior ao ocupado pelo petróleo, o que, segundo Piquet e Terra (2011, p.21), faz da infraestrutura de transporte e de distribuição o segmento mais estratégico dos custos totais do produto.

A indústria de gás brasileira, com seus altos e baixos, crises e investimentos, ainda desempenha um papel relativamente secundário na matriz energética de nosso país. Segundo as autoras, na ocasião de sua publicação, isso ocorre visto que:

cerca de 75% da produção nacional vêm de campo de gás associado ao petróleo, de reservatórios *offshore*; (ii) cerca de 60% do gás não associado encontram-se, igualmente, em reservatórios *offshore*; (iii) o gás importado da Bolívia também apresenta um custo de oportunidade elevado, dadas a grande distância dos centros de consumo no Brasil e a inexistência de capacidade de estocagem fora dos próprios dutos; e (iv) o gás não associado *onshore* encontra-se basicamente no sistema isolado da região Amazônica, sem possibilidade de interligação com o Nordeste ou o Centro- Sul do País, ao menos por enquanto (PIQUET, TERRA, 2011, p.23).

A realidade atual da indústria petrolífera, em suas várias implicações, apresenta reflexos regionais, tanto no que diz respeito à contratação e a atuação profissional, quanto ao recebimento de royalties por municípios produtores.

A forte retração nos preços internacionais do barril de petróleo, em junho de 2014, vem impondo aos principais municípios produtores da Bacia de Campos (Campos dos Goytacazes, Macaé, Cabo Frio, Rio das Ostras e São João da Barra) um esforço substancial de reestruturação fiscal. Considerando a evolução do preço médio, no período entre 2000 e 2014 e a previsão de preço médio, em torno de US\$ 50,00, para 2015, as perdas de receitas oriundas das indenizações de royalties e participações especiais terão impactos contundentes na execução orçamentária desses municípios (RIBEIRO; CHAVEZ; PIMENTEL, 2015, p. 8). No entanto, essa crise, que já toma novos rumos, não foi a única.

Quando o petróleo começou a ser produzido comercialmente na Bacia de Campos, em 1978, o Norte Fluminense (NF) vivia uma crise que se arrastava desde os anos 1970 e que se agravou definitivamente nos anos 1980 e 1990, resumida na derrocada da tradicional agroindústria do açúcar e álcool e no desemprego de dezenas de milhares de trabalhadores da lavoura de cana e das usinas/destilarias. Duas dimensões ilustram o problema histórico do desenvolvimento regional do NF: de um lado, pobreza, miséria, subemprego, desemprego, baixos salários médios; enfim, elevados níveis de desigualdade social. De outro lado, a ausência de um processo de modernização industrial (CRUZ; 2015, p.3)

Sem maiores aprofundamentos, nota-se, aqui, a relevância de uma política que bem utilize esses benefícios concedidos pela indústria do petróleo há tanto tempo. O mau uso dos recursos dos royalties revela-se, atualmente, numa situação de endividamento e desespero dos governos que veem sua riqueza orçamentária diminuir diante da crise da Petrobras e da baixa do preço do petróleo.

Independente da legalidade, ou não, do recebimento de royalties, há de se relevar o número de variáveis que está atrelado a essa discussão. Dentre os conceitos que servem como argumento no questionamento desse benefício, destaca-se o da justiça intergeracional. Esse conceito diz respeito à consciência de finitude e da característica não-renovável do petróleo. As compensações financeiras deveriam ser um meio de se consolidar um panorama socioeconômico, a fim de que as próximas gerações tenham a possibilidade de colher os frutos desse recurso, futuramente escasso ou ausente.

Dessa forma, seria importante o bom uso do petróleo e de seus benefícios de modo que seus impactos positivos no cenário local ou nacional/mundial permaneçam e sirvam de justo alicerce para aqueles que não usufruíram diretamente de tal bem.

De acordo com Piquet apud Menezes (2011, p. 239-240), em sua exposição no I Seminário sobre Royalties do Petróleo em Macaé (setembro de 2011), o fato de a indústria petrolífera ser a mais lucrativa do mundo, e despertar pesados investimentos tecnológicos, também contribui para colocar em segundo plano os seus efeitos nocivos no plano local. São mais conhecidas e debatidas as preocupações macroeconômicas, entre elas o dualismo clássico entre ter o petróleo como agente do desenvolvimento ou como enclave para este desenvolvimento. Diferente do que ocorreu com países africanos- como Nigéria e Angola, que não se livraram da “maldição dos recursos naturais”- foi possível garantir ao Brasil que o petróleo gerasse emprego para os brasileiros, como continua sendo na maioria dos casos até hoje.

Piquet apud Menezes (2011, p. 239-240) afirma, ainda nessa ocasião, que se, por um lado, há benefícios com o pagamento de royalties e participações, ampliação na oferta de trabalho e melhoria na oferta de serviços, por outro há crescimento populacional em consequência da busca pelo emprego e acentuada reorganização territorial e política das regiões produtoras. Acrescenta-se, ainda, que, segundo a pesquisadora Denise Terra, deve-se observar a função ética para os royalties, que, visando proteger as futuras gerações

dos efeitos nocivos da queda acentuada da atividade econômica na região, poderiam ser investidos na pesquisa de fontes alternativas de energia. Assim sendo, reduzir-se-ia a dependência do petróleo, deixando um bom legado para as futuras gerações.

Destaca-se, ainda, a lei, já sancionada, que destina 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e 25% para a saúde. O texto prevê que 50% de todos os recursos do Fundo Social do pré-sal sejam destinados para os dois setores. Isso, óbvio, será diretamente influenciado pelo preço do petróleo e da taxa de câmbio, mas é uma riqueza considerável. Trata-se de uma vinculação que fortalece os laços entre educação e mercado petrolífero.

Pelo texto, a aplicação de 50% dos recursos do Fundo Social vai para saúde e para educação até que se cumpra a meta de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) em educação do PNE (Plano Nacional de Educação). A expectativa é que, em até 15 anos, os rendimentos obtidos pelo fundo sejam suficientes para cumprir as metas do PNE e da saúde. No entanto, essas modificações valem, apenas, para os novos contratos da União.

Percebe-se, assim, um caminho de mão dupla: a educação que deve se fortalecer e se aprimorar para atender a um mercado cada vez mais exigente, o petrolífero; e os benefícios desse mercado profissional retornando para a educação, com finalidade de respaldar o ensino básico e de valorizar os profissionais desse processo.

Apesar do alarme de uma crise no setor do petróleo, a empregabilidade nesse contexto deve ser alvo de análise e os investimentos em mão de obra cada vez mais intensificados, visto que a concorrência se acentua.

As empresas de petróleo e gás de nossa região estão em busca de profissionais que acompanhem o ritmo de crescimento previsto para o setor nos próximos anos, diante da exploração das camadas de pré-sal. A possibilidade de aquecimento do mercado petrolífero, embora ameaçada, não deve ser descartada. O recrutamento de mão de obra especializada é tão importante quanto o investimento em tecnologia e desenvolvimento da produção em si. Sabe-se que ocorrem iniciativas e programas de qualificação. Em conformidade com informações da Petrobras, há investimentos na geração de tecnologia e na capacitação profissional.

A pesquisa tecnológica direcionada à indústria petrolífera foi uma das alavancas essenciais para que o país obtivesse a autossuficiência em petróleo e seus derivados, com destaque para o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento

Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES). Pioneiro centro de pesquisa do setor implantado pela Petrobras em área da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na ilha do Fundão, foi o sustentáculo da exploração de águas profundas e ultraprofundas na costa brasileira. O desenvolvimento da pesquisa nacional voltada ao setor petrolífero apresenta real significância e se intensifica com as descobertas no setor. A empresa passou a fomentar uma rede de mais de 70 laboratórios em universidades, distribuídos em 19 estados da Federação, que visam desenvolver pesquisas indispensáveis à exploração do pré-sal e também oferecer condições ao avanço da ampliação do conteúdo nacional nas

encomendas da empresa. O Rio de Janeiro destaca-se como principal polo de pesquisa do setor, com importantes laboratórios da Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, além do Cenpes (PIQUET; TERRA, 2011, p.35)

Diante da conjuntura geral do setor petrolífero nas últimas décadas, ganha destaque a chamada quebra do monopólio ocorrida em 1995, confirmada pela Lei do Petróleo de 1997, que abriu o segmento *upstream* ao investimento privado, inclusive multinacional, e que pode ser considerada uma redefinição das regras do jogo da indústria do petróleo pelo Estado brasileiro. A implantação do regime de concessões administrado pela ANP modificou a dinâmica setorial, com a entrada de novas empresas nacionais e estrangeiras, expondo um mercado até então protegido à competição com poderosas corporações oligopólicas, conforme Dias (2011, p.233)

Paralelamente, verificou-se uma enorme expansão do setor no país, com investimentos intensificados, ampliando as demandas para o parque fornecedor. Assim, surgiram organizações que visavam reforçar o posicionamento das empresas nacionais frente às empresas entrantes na indústria brasileira de petróleo e gás natural. A ONIP (Organização Nacional da Indústria de Petróleo) é a principal organização de apoio surgida no país e importante ator do setor petrolífero nacional, tendo em vista seu papel articulador entre os interesses da indústria nacional e os órgãos reguladores do Estado. Além da ONIP, diversas outras organizações surgiram nos estados e regiões onde o papel do parque fornecedor era relevante para suas economias, dentre as quais a Rede Petro-BC (DIAS, 2011, p.233)

Diante do exposto, verifica-se, ainda segundo Dias (2011, p.234), que o arranjo produtivo em Macaé ocorreu *pari passu* com a consolidação da produção petrolífera na Bacia de Campos sob os auspícios da estatal. A inserção das empresas locais no mercado de fornecimento na Bacia de Campos depende, direta ou indiretamente, da adequação das mesmas aos padrões normativos dos contratos da Petrobrás.

Segundo Piquet e Serra (2011), a falta de qualificação de mão de obra lidera a lista de reclamações da indústria petrolífera, além de ser apontada como principal gargalo a ser vencido, tendo em vista as crescentes demandas da economia. Complementam:

O mais grave é que não se trata apenas de uma carência de preparo técnico ou especializado, esta talvez mais fácil de enfrentamento. O mais alarmante é que somente 25% dos brasileiros dominam a escrita, a leitura e a matemática para se expressarem e entenderem o que está à sua volta nos contextos econômico e tecnológico atuais, conforme indica pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro sobre "Indicador de Analfabetismo Funcional", em 2009.(p.36).

Essa realidade exposta aponta para um sério entrave ao desenvolvimento, culminando, possivelmente na importação de mão de obra qualificada. Atenta-se, inclusive, a uma parcela da população em desalinho com o mundo do trabalho. Reconhecida a

necessidade de se investir na educação básica como respaldo para qualificações futuras, vale destacar algumas considerações acerca da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e suas implicações educacionais, como se verá adiante.

2.1.2 As Empresas de Petróleo e Gás e a Comunicação

Partindo do destaque que têm as empresas petrolíferas no cenário econômico nacional/mundial, observa-se, aqui, uma significância para além da economia. Numa perspectiva social, política e, inclusive, cultural, verifica-se que a exploração e produção de petróleo e gás constituem a história e, ao mesmo tempo, a expectativa de desenvolvimento de toda uma região/nação.

Ciente de que o petróleo é recurso não renovável e que demanda domínio de tecnologia de ponta e de que as corporações que operam no setor atuam de modo globalizado (PIQUET, 2007, p.23), há de se ressaltar a importância das empresas petrolíferas. Segundo Piquet (2007, p.23), essa indústria contém fortes efeitos de encadeamento que podem deflagrar processos de mudanças estruturais, uma vez que o petróleo constitui uma fonte privilegiada de recursos naturais. Esse processo de industrialização, conforme a autora poderá permanecer como mero enclave no país em que se localize. O potencial de benefícios ou malefícios que possa causar dependerá do grau de desenvolvimento das forças produtivas do país, bem como da importância atribuída a estratégias de saída do subdesenvolvimento e ainda dos contextos políticos nacionais e internacionais. Afirma:

As oportunidades das pequenas e médias empresas participarem desse mundo tecnologicamente complexo também existem, uma vez que os produtos e serviços demandados vão desde equipamentos e peças de alta tecnologia até os de confecção relativamente simples, passando por serviços de baixa qualificação e por aqueles de difícil importação. Desse modo, para atender às petroleiras nas atividades de exploração e produção, geralmente ocorre uma divisão de mercado em que as tarefas mais sofisticadas e mais rentáveis permanecem nas mãos das grandes empresas (nacionais e transnacionais), enquanto os serviços e equipamentos de baixo conteúdo tecnológico são encomendados a empresas menores, de âmbito local (PIQUET, 2007, p.24)

Assim, percebe-se uma variedade no padrão dos segmentos industriais do setor, tendo em vista a variedade de produtos e serviços que compreende.

Quanto ao setor de gás natural, sabe-se que emprega um sistema tecnológico também complexo no percurso do gás das jazidas até os consumidores finais.

Pinto Júnior (2011) pontua que as questões geopolíticas relativas ao setor energético se devem à forte interdependência entre países que comercializam energia. E complementa:

No caso do petróleo, essa interdependência está basicamente associada à concentração das exportações mundiais num pequeno número de países detentores de grandes reservas. No caso do gás natural, a interdependência vai além do problema da concentração das reservas. O transporte do gás natural está sujeito a inflexibilidades importantes. O transporte dutoviário, principal meio de transporte de gás, estabelece uma forte dependência entre país consumidor e país exportador. (p.86).

Pinto Júnior (2011, p.87) ressalta, ainda, que o alto custo de estocagem do gás natural inviabiliza a formação de estoques estratégicos, como ocorre com o petróleo. Assim, países importadores de gás, via gasoduto, estão sujeitos a importantes riscos de desabastecimento.

Além disso, a indústria de gás é especial, já que sua dinâmica depende tanto da formação e apropriação de rendas econômicas quanto de suas condições de monopólio natural observadas em outras indústrias de rede.

Tendo em vista o avanço da comunicação digital, tem crescido a necessidade de o profissional escrever. A cada dia, aumenta o número de mensagens que circulam nas empresas. Em contraposição a uma maior quantidade de textos produzidos, a qualidade decresce ou se mantém baixa, segundo informações das próprias empresas que foram analisadas no presente trabalho.

A baixa qualificação acadêmica e uma formação escolar deficiente são empecilhos para que se desenvolva uma atividade comunicacional eficaz. Além disso, a rapidez das informações e a velocidade com que se tem de repassá-las, muitas vezes, não permitem uma revisão mais atenta e um texto mais elaborado.

Dominar a norma culta da língua portuguesa é essencial para o sucesso profissional em todas as áreas. As tarefas técnicas misturam-se, ou completam-se, com as dinâmicas que envolvem a linguagem, como a produção de relatórios, de documentos e de e-mails.

Qual seria, então, a ligação entre as duas realidades supracitadas? Em que ponto uma interfere na outra?

Embora ler, interpretar e escrever pareçam habilidades dissociadas da técnica empresarial, notam-se, cada vez mais, uma preocupação e uma atenção com um perfil mais completo de colaborador, caracterizado como aquele que sabe se integrar verbalmente no ambiente em que se insere. Isso se torna um facilitador na dinâmica corporativa e colabora com o bom desempenho no dia-a-dia da empresa.

A base da teoria da comunicação está na identificação de seis elementos, presentes, segundo Jakobson, em todas as situações de interlocução (ABAURRE; ABAURRE; PONTARA, 2013, p.181).

As autoras ressaltam, ainda, os elementos comunicativos em questão: emissor (locutor ou remetente), receptor (locutário ou destinatário), canal (meio físico por onde circula a mensagem), mensagem (conjunto de enunciados produzidos), código (sistema que é utilizado pelos falantes), contexto (assunto da mensagem).¹

¹ Enunciado é tudo aquilo que é dito ou escrito por meio de palavras, delimitadas por marcas formais: na fala, pela entoação; na escrita, pela pontuação. Está sempre associado ao contexto em que é produzido.

Segue-se na Figura 1 um esquema característico do processo de comunicação:



Figura 1: Esquema do Processo de Comunicação.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

A partir dessa lógica comunicativa, analisa-se que há todo um mecanismo de troca dialógica, fundamental ao meio social e profissional.

Sabe-se, a partir do conceito de dialogismo divulgado por Mikhail Bakhtin², que a comunicação baseia-se em um

entrelaçamento entre sujeito e objeto, baseando-se em uma síntese dialética inserida em um universo cultural e histórico. Nessa concepção, a língua não pode ser entendida como se fosse um sistema abstrato de normas, haja vista que ela apresenta uma realidade extremamente dinâmica e viva diante das interações verbais dos interlocutores, estando, assim, em constante evolução. Destarte, não se pode restringi-la ou distanciá-la de sua realidade evolutiva. Por isso, a noção de alteridade ocupa um lugar de destaque no universo bakhtiniano (FREITAS apud SOUZA, 2011, p.3)

Souza (2011, p.4) afirma que, para Bakhtin, as relações existentes entre linguagem e sociedade são indissociáveis, visto que as diferentes esferas da atividade humana, compreendidas como domínios ideológicos, dialogam entre si e produzem formas de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos.

Bakhtin considera que a palavra, por ser o território comum do locutor e do interlocutor, comporta duas faces: é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ele representa o produto da interação locutor/ouvinte, servindo de expressão de um em relação ao outro. Segundo o pensador russo, é através da palavra que me defino em relação ao outro, à coletividade; é no perímetro das relações interpessoais, mediadas pela linguagem, que os homens constroem conhecimento e se estabelecem no meio social (SOUZA, 2011, p.4).

2 Mikhail Mikhailovich Bakhtin foi um filósofo e pensador russo, teórico da cultura europeia e das artes.

Sabe-se que as tarefas que compõem o ciclo organizacional de uma empresa, em geral, em seu desenvolvimento cotidiano, demandam a comunicação em língua portuguesa, para uma reciprocidade quanto ao entendimento e à colaboração entre os trabalhadores. A própria denominação “colaborador”, tão utilizada no meio empresarial nos últimos tempos, denota implicitamente a ideia de comunicação e de interação entre os pares no meio profissional.

Araújo (2012, p. 58) afirma que o silêncio e a fragmentação de tarefas deram lugar à comunicação e à interatividade, e com isso o uso da língua, na forma oral e escrita, a fluência, a argumentação e a correção gramatical se tornaram exigências no atual contexto do mundo trabalho.

2.2 O PAPEL DA LINGUAGEM E SUA IMPORTÂNCIA NO MEIO EMPRESARIAL

Tendo em vista o panorama do mercado profissional em relação a aspectos linguísticos em seu cotidiano e diante da realidade das empresas, apresentada adiante, especialmente as que são relacionadas ao petróleo e gás, pretende-se atribuir ao bom uso de nosso idioma o êxito no desenvolvimento de tarefas que envolvam a linguagem.

Quando funcionários de uma empresa cometem erros sérios de português ou não conseguem formular minimamente um texto com clareza, passam aos seus interlocutores uma péssima imagem de pessoa mal informada, sem a habilidade da leitura e da escrita.

Não basta que sejam especialistas em suas áreas de atuação, se não souberem transmitir valores e informações, muitas vezes preciosas.

A linguagem escrita nem sempre equivale a oral, visto que esta apresenta facilidades e recursos que se diferem daquela. Na comunicação intersetorial, por exemplo, quando há alguma dificuldade no entendimento de alguma mensagem, intervenções como a repetição ou a substituição de um termo por outro se torna um facilitador. Na escrita, a coesão e a coerência do que se diz são fundamentais.

Koch (2014, p.37) coloca que: “(...) conflitos, mal-entendidos, situações que desencadeiam incompreensão mútua são inevitáveis no intercâmbio lingüístico(...)”. Assim, toda situação comunicativa exige adequação e limites para que seja bem sucedida. Segundo a autora:

Fala e escrita constituem duas modalidades de uso da língua. Embora se utilizem, evidentemente, do mesmo sistema linguístico, elas possuem características próprias (...). O que se verifica, na verdade, é que existem textos escritos que se situam, no contínuo, mais próximos da fala conversacional (bilhetes, cartas familiares, textos de humor, por exemplo), ao passo que existem textos falados que mais se aproximam do polo de escrita formal (conferências, entrevistas profissionais para altos cargos administrativos e outros), existindo, ainda, tipos mistos, além de muitos outros intermediários (KOCH; 2014, p. 77).

Muitas vezes, ocorrem falhas no que diz respeito à interação entre os diferentes funcionários de um meio profissional. Não há dúvida de que, entre outras questões, o modo de falar e de escrever é responsável pelo entendimento ou não de uma mensagem em um determinado contexto.

Antunes (2009, p. 20) aponta que a compreensão do fenômeno linguístico como atividade, como um dos fazeres do homem, levou os estudos da língua para a consideração das intenções sociocomunicativas que põem os interlocutores em interlocução. Acrescenta-se a isso o fato de ter aumentado o interesse pelos efeitos de sentido que os interlocutores pretendem conseguir com as palavras em suas atividades de interlocução. A autora destaca que

a língua, por um lado, é provida de uma dimensão imanente, aquela própria do sistema em si mesmo, do sistema autônomo, em potencialidade, conjunto de recursos disponíveis; algo pronto para ser ativado pelos sujeitos, quando necessário. Por outro lado, a língua comporta a dimensão de sistema em uso, de sistema preso à realidade histórico-social do povo, brecha por onde entra a heterogeneidade das pessoas e dos grupos sociais, com suas individualidades, concepções, histórias, interesses e pretensões (ANTUNES, 2009, p.21)

Diante dessa concepção, a língua deixa de ser um mero conjunto de signos, de regras ou de frases gramaticais, para colocar-se como fenômeno social, como prática de atuação interativa. Assim, a língua assume um caráter político, um caráter histórico e sociocultural, que ultrapassa em muito o conjunto de suas determinações internas, ainda que consistentes e sistemáticas (ANTUNES, 2009, p. 21)

2.2.1 Comunicação Eficiente faz a Diferença

Apontar a linguagem como meio de crescimento pessoal, de acesso ao mundo profissional e de eficiência nas empresas é fundamental. Pode-se, aqui, estabelecer comparações entre a ausência e a presença de competência linguística em variados setores de uma empresa. Até que ponto essa habilidade interfere no desenvolvimento individual e coletivo no local de trabalho?

Todo brasileiro, alfabetizado ou não, sabe português. E isso é uma afirmação óbvia porque conseguimos nos comunicar oralmente em português com todos os outros brasileiros. Entretanto, e infelizmente, nem todos os brasileiros sabem ler ou escrever. Por isso, a principal meta da escola, no que diz respeito ao ensino de português, deve ser ensinar os alunos a escrever para inseri-los de vez nas práticas e nas situações de letramento existentes em nossa sociedade (OLIVEIRA; 2010, p.109-110).

Como já se chega à escola sabendo falar português, aproveitam-se os conhecimentos que se possui em termos de oralidade para construção de seus conhecimentos de escrita.

Araújo (2012, p.58) coloca que o saber e o conhecimento exigidos dos trabalhadores são apontados como o saber escolar, que, segundo o discurso governamental e

empresarial, são fundamentais para a competitividade e a produtividade. A autora reflete, ainda, que o trabalhador almejado pelo sistema de produção flexível é o sujeito que, além de polivalente, tem que se apresentar com competência comunicativa, ficando a escola como formadora dessa força de trabalho, adaptando o sujeito a essa realidade por meio do ensino de competências.

Partindo da hipótese, confirmada neste estudo, de que existe uma clara necessidade do bom uso do idioma nas tarefas do dia-a-dia empresarial, propõe-se, aqui, a análise da ausência dessa habilidade linguística por parte dos funcionários.

Se, para elaborar um simples relatório faltam clareza, coesão e objetividade nas informações apresentadas, torna-se óbvio o ruído na comunicação entre determinados setores ou organizações. Se, ao se escrever um e-mail, não há concatenação de ideias e de esclarecimentos, possivelmente algo ficará prejudicado nesse contato. O próprio ato comunicativo que se realiza pessoal e oralmente, se não bem desenvolvido, cria situações embaraçosas e pouco produtivas.

O fato é que muitas empresas vivenciam essas e outras falhas comunicativas diariamente e isso tem apontado para um novo perfil laboral, com novas exigências, inclusive linguísticas.

Araújo (2012, p. 80) retoma os estudos do linguista russo Bakhtin (2010) para reafirmar a importância do sujeito no ato da comunicação, em que são valorizadas as manifestações do indivíduo. Segundo Bakhtin, o que caracteriza a linguagem é o que denomina “fenômeno da interação verbal”, que se realiza por meio da enunciação. Destaca, também, que o outro representa um papel fundamental, porque não se concebe o ser humano sem as relações com outras pessoas.

Essa consciência linguística e comunicacional faz a diferença na interação entre as pessoas que compõem uma organização.

Araújo (2012, p. 84) reflete acerca do conceito de comunicação: a palavra comunicação provém do verbo latino *communicare*, que tem como significado *pôr em comum*. Dessa forma, sua finalidade seria pôr em comum ideias, pensamentos, desejos, sentimentos, bem como compartilhar formas de comportamento com o objetivo maior de atingir o entendimento entre os homens.

Tendo em vista o conceito mais moderno de empregabilidade, não basta saber reproduzir técnicas específicas. Cabe ao candidato a uma vaga na empresa ou àquele que já tem uma posição no mercado de trabalho se manter sempre capacitado e aprimorar suas habilidades e sua competência comunicativa.

A aprendizagem constante e a adaptabilidade são posturas cobradas do colaborador atual nas empresas. Além disso, nessa nova concepção, moderna e globalizada, são as pessoas que fazem uma empresa. O mercado está cada vez mais exigente e, além do preparo técnico, exige habilidades e conhecimentos múltiplos, dentre eles a linguagem bem elaborada, ideias inovadoras, iniciativa e liderança.

Assim sendo, o domínio da habilidade de leitura, de interpretação e de escrita, assim como da expressão verbal, é característica essencial para o colaborador que busca a inserção no mercado de trabalho.

2.2.2 Ensino de Língua Portuguesa: Constatções

Tendo em vista a real necessidade das empresas regionais quanto ao perfil comunicativo e à capacidade de reflexão, de assimilação de conhecimento e de expressão oral e escrita de seu profissional, propõe-se aqui a análise do ensino de Língua Portuguesa e da perspectiva de uma educação linguística que transforme, numa concepção humana e intelectual.

Ressalta-se a importância de uma educação honesta que valorize a diversidade sociocultural, ao mesmo tempo em que não supervalorize a gramática como único caminho para ser capaz de ler e escrever produtivamente.

Desenvolver um ensino que preze por uma consistência em sua prática faz com que métodos extremamente tradicionais e conteúdos inócuos sejam substituídos por propostas que redirecionem a prática educativa. O tempo em sala de aula deve ser aproveitado com atividades lúdicas, contextualizadas e eficazes.

Por que relacionar o ensino da língua, suas dificuldades e tendências ao contexto mercadológico em questão? Qual a importância de se discutir de forma mais ampla e fora da área específica de conhecimento a Língua e suas implicações? Como já foi apontado neste estudo, o domínio de nosso idioma é reconhecidamente essencial ao dia-a-dia do trabalhador. Em sentido mais amplo, sabe-se que a língua portuguesa bem aplicada faz a diferença em variados espaços sociais. Paralelamente a esse contexto, é detectada comumente uma deficiência no que diz respeito à prática do português. Não há como analisar a questão sem repensar aspectos linguísticos e o processo de ensino-aprendizagem correspondente.

Ainda assim, ressalta-se a resistência do grande público em interessar-se pelo assunto, já que paira sobre a discussão a falsa ideia de que questões linguísticas não dizem respeito àqueles que são professores, alunos ou especialistas. Acha-se que essas questões não têm relação direta com as relações familiares, atividades profissionais e interações sociais.

Cabe aqui esclarecer as diferentes concepções de gramática, bem como os equívocos mais recorrentes acerca do que é a gramática e seus desdobramentos no âmbito escolar e fora dele.

Em Antunes (2007, p.26-34), encontram-se algumas concepções de gramática, que nortearão a presente análise.

Gramática pode ser entendida como um conjunto de regras que definem o funcionamento de uma língua. Trata-se de normas internalizadas, independente da língua

culta. Ao assimilar uma língua e expressar-se por meio dela, todo e qualquer falante domina consciente ou inconscientemente uma gramática, mesmo que em níveis variados. Esse conceito extrapola a ideia simplista e ingênua de que apenas a norma padrão segue uma gramática. A gramática é constitutiva da língua.

Numa outra concepção, entende-se como um conjunto de normas que regulam o uso da norma culta. Trata-se de uma particularização do termo, que não abarca toda a realidade da língua. Enquadra-se no domínio do normativo, da convenção, da linguagem de maior prestígio. Essas definições não são feitas por razões exclusivamente linguísticas, mas por razões históricas, por convenções sociais, determinantes do que representa ou não o falar social mais aceito.

Entende-se gramática ainda como uma perspectiva de estudo dos fatos da linguagem. Assim, é concebida como uma perspectiva mais científica ou um método de investigação sobre as línguas. Tendo em vista as diversas análises da linguagem, seja sob uma ótica mais sistematizada, como conjunto de signos à disposição dos falantes, ou mais real, com a concretização desse uso, surgem classificações, tais como “gramática estruturalista”, “gramática gerativa”, “gramática funcionalista”, ou ainda, “gramática tradicional”.

Em geral, tende a ser reconhecida como uma mera disciplina de estudo. Consiste numa aceção bem popular, principalmente nos meios escolares. As famosas aulas de gramática constituem algo a ser analisado mais adiante, enfatizando-se a extrema importância que lhes é dada a ponto de aparecer, muitas vezes, como disciplina destacada de redação ou de literatura, como se fossem caminhos isolados na construção textual.

Também muito buscada como um compêndio descritivo-normativo sobre a língua. Trata-se da materialização das normas em um livro, espécie de “bíblia sagrada” para os mais extremistas no uso do idioma. Há de se considerar, no entanto, as diferentes perspectivas da gramática, que pode ter um caráter mais descritivo- apresenta e define elementos da estrutura da língua em suas especificidades- ou mais prescritivo- focaliza o conjunto de regras que marcam o que se considera como uso correto. Além disso, pode um compêndio gramatical explorar a língua em seu uso mais real ou como sistema em potencial. As variações de métodos e perspectivas são determinadas por diferentes visões da língua, crenças e ideologias, entre outros.

Pensar amplamente em gramática e nas questões de linguagem promove uma visão mais ampla e científica das funções gramaticais, e para além da gramática, de nossa língua. É válido destacar aqui alguns equívocos mais comuns relativos a isso.

Salienta-se a urgência de se detectar concepções equivocadas quanto à educação linguística. Um dos mais constantes deslizes é considerar língua e gramática como a mesma coisa. Trabalhar a língua transcende explorar a gramática, como veremos adiante com mais detalhes. Outro equívoco é achar-se que basta saber gramática para falar, ler e escrever com sucesso. O conhecimento e domínio de outros recursos, tais como conhecimento dos recursos de textualização e das normas sociais do uso da língua complementa a tarefa de produzir e interpretar eficazmente os textos mais diversos.

Além disso, há uma cobrança, de todos os lados, quanto ao estudo de nomenclaturas e classificações gramaticais como se fosse o mais importante em relação ao conhecimento de uma língua. Esse tipo de estudo não tem interação completa com o estudo de regras gramaticais. As regras prescrevem e regulam o uso do código linguístico, enquanto que nomenclaturas e classificações apenas descrevem.

Engana-se, ainda, quem reconhece a norma socialmente prestigiada como a única norma linguisticamente válida. Há, ainda, uma saudável flexibilização entre a norma culta ideal e a real. A depender do contexto discursivo e interdiscursivo, pode-se adotar uma formalidade maior ou menor quanto à utilização da língua, bem como adaptar e atualizar regras e conceitos.

O mito de uma língua uniforme e invariável também constitui um erro, já que existem situações sociais diferentes e, assim, deve haver padrões de uso da língua diferentes. Existem variações linguísticas não porque as pessoas são ignorantes ou indisciplinadas, mas porque as línguas são fatos sociais, situados num tempo e num espaço concretos, com funções definidas.

Na relação que as pessoas mantêm com a linguagem, existem muitos mitos. Daí a necessidade de uma investigação mais científica, de uma postura mais analítica diante dos fatos linguísticos. Obviamente, há estudos vários sobre o trato que a linguagem assume na escola e no contexto social. No entanto, pretende-se nesta dissertação aproximar, ainda mais, o cotidiano profissional das empresas petrolíferas com a realidade escolar, a fim de estreitar esses laços e de fortalecer a comunicação interpessoal e intersetorial, entre outras.

Numa visão mais simplória do uso eficaz da língua, a própria mídia acaba por reduzir linguagem à gramática. Parece que saber regras gramaticais é o suficiente para falar e escrever bem, quando, na verdade, é algo que compõe esse processo. A prática comunicativa eficaz vai além de regras e nomenclaturas.

Neves (2012, p.24) insiste em uma noção de gramática como aquele aparato que arranja os sentidos na língua, que junta as peças num complexo multiplamente governado, e que é, portanto, o mecanismo de organização que atribui precisão à nossa língua.

Ainda em Neves (2012, p. 51), destacam-se algumas lições básicas de uma gramática de direção funcionalista: a linguagem não é um fenômeno isolado, serve a uma variedade de propósitos; a língua (e sua gramática) não pode ser descrita como um sistema autônomo, isenta de fatores externos de ativação; as formas e os processos da língua (a gramática) são meios para um fim, não um fim em si mesmos. Trata-se de três princípios que valorizam as motivações de uso e das necessidades comunicativas. No discurso, independente do contexto, a gramática pode estar a serviço do enunciador para que este elabore sua prática discursiva, mas, jamais, como um engessamento que impede ou regula excessivamente a comunicação. Antunes (2009) ratifica:

Em primeiro lugar, a língua é uma atividade funcional. Isto é, as evidências nos dizem que nenhuma língua existe em função de si mesma, desvinculada do espaço físico e cultural em que vivem seus usuários ou independente de quaisquer outros fatores situacionais. As línguas estão a serviço das pessoas, de seus propósitos interativos reais, os mais diversificados, conforme as configurações contextuais, conforme os eventos e os estados em que os interlocutores se encontram. (p.35).

A eficácia discursiva envolve muitos outros pontos, dentre os quais: o léxico, os recursos vários de textualização na composição dos textos e o reconhecimento da situação de interação, que inclui normas sociais de atuação. Reconhecer essa totalidade da língua faz com que o estudo nessa área ganhe nova dimensão e, conseqüentemente, a realidade comunicacional e linguística do cotidiano empresarial se fortaleça.

Partindo do princípio de que língua e gramática não se equivalem e de que língua engloba outros aspectos tão relevantes quanto à gramática, destaca-se aqui a importância do léxico nesse contexto. Antunes (2007) reflete:

No âmbito da interação verbal, concretamente nos textos que elaboramos, o léxico recobre diferentes funções. Como unidades de sentido, as palavras constituem as peças com que se vai tecendo a rede de significados do texto. São elas que vão materializando, mediando as intenções do nosso dizer. (p.43).

A ampliação vocabular ou lexical promove uma comunicação mais eficiente e passível de compreensão. O componente lexical talvez conte mais que o padrão gramatical em determinadas situações. Na verdade, associados, materializados em textos, esses aspectos permitem uma atividade significativa de nossas atuações verbais.

Todo falante, para ser competente, deve saber, em cada situação, que tipo de vocabulário empregar (técnico, especializado, fora do usual, comum, metafórico etc). Assim o ensino linguístico que valorize as variedades lexicais e a ampliação do repertório vocabular é bastante significativo.

Segundo Bizzocchi (2011, p. 63), a língua é um sistema em que signos (palavras) se combinam numa certa ordem, sendo, grosso modo, um léxico regido por uma gramática.

O léxico tem recebido atenção precária em nossas salas de aula. A ênfase que é dada a questões puramente gramaticais tem colocado o estudo do vocabulário em segundo plano. Parece que as palavras disponíveis aos falantes não contribuem para a construção textual, oral ou escrita. No entanto, sabe-se que, tanto para a expressão verbal, como para a interpretação, a ampliação vocabular faz a diferença. Ainda assim, quando se trabalha com o léxico, o estudo é realizado limitadamente, contemplando, apenas, exercícios de sinônimos, meras substituições, numa perspectiva descontextualizada.

De acordo com Antunes (2009, p.142), é estranho que haja uma polarização da gramática e que bem poucos tenham procurado explorar o domínio do léxico, de suas funções textuais, dos processos e recursos de sua formação e de sua constante ampliação.

Ressalta-se, aqui, a importância da função desempenhada pelas unidades significativas que um léxico possui na organização coesa e coerente do texto. Para além do sentido isolado das palavras, vale contemplar seu papel na construção textual.

Sabe-se que o domínio da língua culta e de um vocabulário adequado inclui a presença de um repertório vocabular de cunho técnico, principalmente em determinadas funções ou cargos. Há termos que fazem parte de um contexto específico e a partir dos quais ocorre uma comunicação também específica. Obviamente que deter esse conhecimento lexical promove uma maior interação no meio empresarial, bem como saber diferenciar a ocasião de se utilizar um termo técnico daquela em que se deve substituí-lo por um equivalente funcional.

A gramática, por sua vez, tem o importante papel de regular a organização de uma língua. As regras que compõem a chamada norma padrão da língua são prescrições específicas que orientam a linguagem. Mas a eficácia comunicativa ultrapassa tais regulamentações.

Conforme Antunes (2007, p.42), a gramática foi colocada em um pedestal e a ela se atribuiu um papel quase de onipotência frente àquilo que precisamos saber para enfrentar os desafios de uma interação eficaz.

Além disso, diante das diversas situações discursivas, e para cada uma delas, existe um conjunto apropriado de regras aplicáveis e coerentes. Assim, num contexto informal do cotidiano, a colocação de pronomes oblíquos átonos em início de frases, por exemplo, é permitida, ao passo que, na formalidade, tal uso não é aconselhado.

A língua, além da gramática, engloba o léxico, ou seja, o vocabulário de que se dispõe para que ocorra a comunicação. Antunes (2007, p. 42) afirma que tanto quanto a gramática de uma língua, seu léxico também é fundamental. Nele são expressas as marcas das visões de mundo que os falantes alimentam, ou os traços que indicam seus ângulos de percepção das coisas.

Dessa forma, gramática e léxico, associados, constituem o ponto de partida para a organização textual, oral ou escrita.

A seleção e a combinação de palavras constituem fator importante na organização textual. A depender da intenção comunicativa do falante ou do redator, a seleção que se faz, a partir de seu repertório lexical, gera uma mensagem adequada, ou não. No entanto, não são apenas as palavras selecionadas que interferem no texto, mas também seu encadeamento e combinação. O desajuste lexical ou gramatical pode prejudicar todo um ato comunicativo, em qualquer contexto discursivo. Sobre a questão, Abaurre, Abaurre e Pontara (2013) acrescenta:

Para entendermos o funcionamento da língua, além de levar em consideração sua dimensão discursiva é necessário também termos um bom conhecimento das formas linguísticas e das funções morfológicas e sintáticas que elas desempenham nas estruturas, porque a relação entre forma e função é um aspecto muito importante na constituição do sentido dos enunciados. (p.191).

Vale considerar que forma linguística diz respeito a elementos gramaticais que vão desde um único fonema a palavras isoladas ou em frases e textos maiores. As formas linguísticas podem ter significado lexical (corresponde a um radical da língua) ou gramatical (corresponde a noções como gênero, número, pessoa, modo, tempo, etc.). Já função linguística é a aplicação que uma forma tem na língua a partir de seu valor gramatical. Substantivos podem exercer a função de núcleo do sujeito, por exemplo, mas jamais de núcleo de um predicado verbal. Ter esse conhecimento faz com que o usuário de uma língua a domine com maior segurança, aliando um repertório vocabular favorável e utilitário a uma capacidade de combinar e ajustar as palavras em favor do que quer dizer, em situações específicas. Ainda sobre essa colocação, Garcia (1977) acrescenta:

Dispondo de palavras suficientes e adequadas à expressão do pensamento de maneira clara, fiel e precisa, estamos em melhores condições de assimilar conceitos, de refletir, de escolher, de julgar, do que outros cujo acervo léxico seja insuficiente ou medíocre para a tarefa vital da comunicação. (p.143 apud ANTUNES, 2007, p.44)

Araújo (2007), em suas reflexões sobre o discurso, amplia a perspectiva da linguagem como atividade com funções específicas na cultura e na sociedade. Revela, assim, que:

falar não é apenas combinar signos numa sintaxe, nem relacionar palavras e coisas, nem um modo de comportamento reproduzido em atos de fala; falar é mais que produzir enunciados em uma situação, comunicar. Foucault introduz uma dimensão em que falar é CRIAR UMA SITUAÇÃO, é INVESTIR a fala como PRÁTICA entre outras práticas. (p.217).

O perfil solicitado pelas empresas dialoga com a prática de ensino que valoriza esse teor mais amplo de fala, de linguagem e de discurso. Para além de simples composições frasais arrumadas, a capacidade de manipular positivamente os elementos linguísticos, adequando-os às situações discursivas no meio profissional.

Lidar bem com o idioma em um ambiente mais formal e fazer-se entender de modo claro e coerente incluem reconhecer e utilizar os recursos diversos de textualização, como a identificação do tipo de texto (narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo ou injuntivo) e do gênero (carta, e-mail, relatório, etc.) a que pertence(m) o (s) texto (s). A partir disso, é importante definir a estrutura do texto: em parágrafos ou em tópicos ou subtópicos.

Ao produzir o texto, conforme orientações de Antunes (2007, p. 58) é importante que se fixe nas estratégias de interação com o interlocutor que se pretende adotar: direta ou indiretamente, de forma categórica, precisa ou de forma reservada, cautelosa e reticente, se a linguagem será mais ou menos formal. Além disso, que precauções deverão ser tomadas para se evitar mal-entendidos; o que se vai explicitar e o que fica implícito se é favorável parafrasear, fazer alusão ou mesmo citar outro texto.

Tudo isso é fundamental para se entender ou se fazer textos como um relatório, um aviso, um convite, um artigo, um resumo, por exemplo. E, para tanto, exige-se além da gramática e do léxico.

O ensino de Língua Portuguesa deveria estar afinado com essa necessidade de conhecimentos relativos à composição dos diferentes gêneros textuais. Mas não é o que tem ocorrido. A preparação nesse sentido ainda é superficial, por variados motivos, que incluem o despreparo de professores e a prioridade de outros aspectos menos importantes, como as já ditas classificações e definições gramaticais.

Direcionar o estudo linguístico a partir de programas que priorizem os recursos de textualidade, que contemplem as propriedades do texto, a coesão e a coerência textuais e a produção efetivamente comunicativa tornaria a educação linguística mais ajustada com a aplicabilidade da língua social e profissionalmente.

Acrescenta-se, ainda, a necessidade de conhecimento das normas sociais de uso da língua, visto que, além das regras linguísticas e textuais, existem as regras sociais, que regulam o comportamento das pessoas em situações de interação verbal.

Antunes (2007, p. 64) revela, ainda que “qualquer atividade de linguagem é uma atividade socialmente normatizada e, assim, regulada”. A competência comunicativa, portanto, ultrapassa saberes acadêmicos. Atuar de modo comunicativo requer distinguir os espaços de interação e os contextos de linguagem que se apresentam. Coloca, assim:

A exploração do comportamento linguístico, que as convenções sociais estipulam como adequado a determinada situação, também preencheria um programa mais que gramatical de estudo da língua. Essa exploração teria como objeto tanto as atividades do enunciador quanto aquelas do parceiro da interação, sobretudo aquelas que acontecem em contextos públicos formais. Fazem parte dessas convenções, por exemplo, as normas de como participar de uma conferência, de uma reunião, de um debate, de como interpelar alguém hierarquicamente superior; enfim, que expressões ou práticas de polidez são convenientes para essa ou aquela situação (ANTUNES, 2007, p.68)

O fato de a escola muitas vezes não corresponder ao que foi ponderado até então apresenta diversificadas causas. Dentre os motivos da displicência ou falta de preparo quanto a uma educação que trabalhe a linguagem mais completa e significativamente podem estar os itens que se seguem: a questão estrutural, o desrespeito às variações linguísticas e o ensino gramatical descontextualizado.

2.2.3 O Ensino Gramatical (Des) contextualizado

Como já foi dito e colocado por inúmeros especialistas no assunto, embora a gramática seja parte indissociável da língua, esta não se limita àquela. Assim sendo, é recorrente a necessidade de se repensar uma educação que ainda supervalorize uma gramática como um fim em si mesmo.

Quando se limita ao estudo meramente gramatical, sem uma contextualização adequada, ocorre um distanciamento da língua efetiva e concreta. Usar o texto como mero pretexto para estudos gramaticais superficializa a linguagem em sala de aula.

Por outro lado, há de se perceber uma cobrança por parte da própria comunidade escolar, inclusive dos pais de alunos, para que, desde cedo, estude-se definições e conceitos gramaticais.

Não há problema em se estudar tais aspectos, desde que não sejam desconectados ou extremamente valorizados em detrimento do texto, da produção e da leitura.

O debate sobre o ensino da gramática na escola gira em torno de equivocadas colocações. Discutir a necessidade ou não do ensino de gramática não é o caminho. Não há como dissociar gramática de texto. Por outro lado, apropriar-se do estudo gramatical como meio de manutenção do purismo linguístico e como forma de negar as mudanças e evoluções da língua, de congelar no tempo e no espaço normas de outro século, consiste em uma distorção ainda maior.

Essa confusão em relação à gramática remonta a épocas distantes e a concepções pré-estabelecidas social e culturalmente. A gramática associada à filosofia da linguagem ou à retórica, à arte do bem dizer não é realidade atual. Criar estratégias discursivas e aprimorar o discurso vem de longa data.

Daí à importância que foi dada à língua, como forma de dominação e poder, passou-se a elevar a correção gramatical ao patamar de prestígio social. Assim, o elitismo que envolveu o acesso a uma escrita bem feita percebe-se até os dias atuais.

O bom e o mau uso da língua foram atrelados significativamente ao conhecimento gramatical. A manutenção da pureza linguística ficou, e ainda é, condicionada ao respeito incondicional à norma padrão da língua. A imobilidade e a ausência de riscos de um ensino estritamente gramatical, ou simplista e equivocado, não renderam bons resultados ao longo do tempo. Pesquisas acerca do desenvolvimento educacional nessa área mostram uma grande defasagem principalmente na leitura e na escrita. Em publicação do MEC (Ministério da Educação), foram disponibilizados os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2013, apresentados na tabela 1. Verifica-se que no ensino médio, dezesseis Estados pioraram a nota, apenas nove melhoraram e dois registraram o mesmo índice.

Tabela 1: Comparativo do IDEB 2011-2013 no Ensino Médio Estadual por Unidade Federativa

UF	IDEB 2013	IDEB 2011
GO SP	3,8	3,6
	3,7	3,9
RS	3,7	3,4
SC	3,6	4,0
MG	3,6	3,7
RJ	3,6	3,2
PE	3,6	3,1
PR	3,4	3,7
MS	3,4	3,5
RO	3,4	3,3
ES	3,4	3,3
CE	3,3	3,4
AC	3,3	3,3
DF	3,3	3,1
RR	3,2	3,5
TO	3,2	3,5
AM	3,0	3,4
PI	3,0	2,9
PB	3,0	2,9
AP	2,9	3,0
MA	2,8	3,0
BA	2,8	3,0
SE	2,8	2,9
MT	2,7	3,1
PA	2,7	2,8
RN	2,7	2,8
AL	2,6	2,6

Fonte: Dados do IDEB: Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 13 set. 2014

O IDEB foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007 e representa a iniciativa para conduzir políticas públicas em prol da educação. O índice leva em conta as redes públicas e privadas e mede a qualidade por escolas, municípios e unidades da Federação. É obtido, a cada dois anos, pelas médias de desempenho nas avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e da Prova Brasil, e também pelos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar.

Assim, percebe-se que entre o que se prega e o que ocorre nas salas de aula pelo país há uma acentuada discrepância. Trata-se da necessidade de um conjunto de medidas

a serem tomadas, de cunho social, econômico e político, além de fatores estritamente educacionais e pedagógicos.

Tendo em vista a realidade exposta por esses dados, percebe-se que o caminho percorrido até aqui está desvinculado do verdadeiro propósito educativo no que diz respeito à leitura e à escrita.

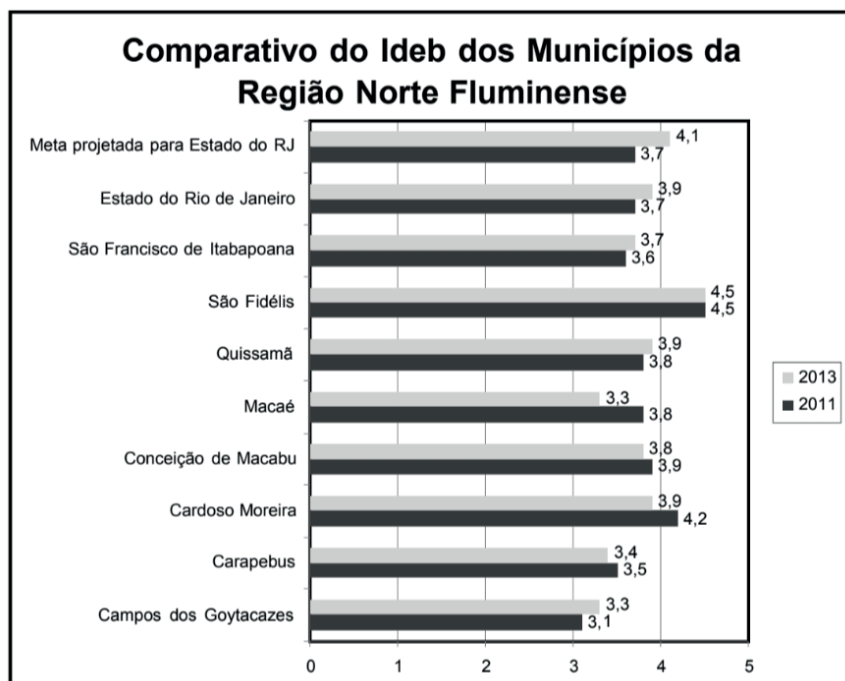


Figura 2: Comparativo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos Municípios da Região Norte Fluminense: Anos Finais do Ensino Fundamental da Rede Pública (2011/2013).

Fonte: Dados do IDEB: Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 13 set. 2014

Os índices apresentados na Figura 2 revelam a preocupante realidade do Estado do Rio de Janeiro, apesar de rico produtor de petróleo. Os municípios da Região Norte Fluminense, destaque nacional pelo volume de arrecadação de royalties através da presença do Complexo Petrolífero, apresentam um déficit que aparece na contramão desse contexto. As cidades de Campos dos Goytacazes e Macaé apresentaram os mais baixos índices do Ideb 2013, já que obtiveram nota 3,3 nos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública. São números alarmantes que convidam a um questionamento e a uma reflexão.

A sala de aula que revela um ensino de uma gramática precária e reduzida não favorece a construção de um leitor habilitado, nem, tampouco, de um enunciador com uma desenvoltura adequada aos diferentes contextos discursivos. O (s) sentido (s) de um texto

resulta(m) do trabalho paralelo entre as categorias do léxico e as categorias da gramática. Sobre isso, Antunes (2013) acrescenta:

Parece faltar muito tempo ainda para as pessoas entenderem essa “parcialidade” do domínio da gramática. Muitos (inclusivamente professores e gestores de escolas!) parecem acreditar que a gramática tem o poder de resolver todos os problemas de linguagem, sejam aqueles ligados à escrita de textos ou até ao uso da oralidade formal. São comuns os “cursos de redação” que apenas repetem os esquemas classificatórios e de análise sintática de qualquer compêndio gramatical, passando de uma classe de palavra a outra, sem nenhuma consideração às particularidades (que são muitas!) da leitura e da escrita de textos simples ou complexos. (p.109).

Assim sendo, buscam-se respostas e caminhos para um ensino com maior aplicabilidade e eficácia. Ler e escrever, no sentido real e profundo dessas palavras, demandam um trabalho contínuo e conjunto. A sala de aula precisa estar atrelada ao mundo social, que, por sua vez, inclui o meio profissional; este, portanto, torna-se permanente parceiro da escola, quando propõe exigências e proporciona uma extensão do aprendizado.

É relevante ressaltar que um dos grandes equívocos no ensino da língua é buscar uma uniformidade linguística que não existe. Desvalorizar as variações da linguagem, além de afastar muitos jovens da língua, promove um empobrecimento linguístico que mascara a realidade comunicativa social, regional e histórica.

A consciência de que não existe uma escrita uniforme, de que a padronização e a submissão a um único modelo linguístico compromete a diversidade de uma língua deve ser considerada. O ensino da língua ainda manifesta-se preconceituoso em relação ao que foge do padrão.

Entende-se por variação linguística as diversas possibilidades de manifestação da linguagem, a depender do contexto sociocultural histórico e do lugar em que se vive. Não há como ignorar as diferenças, até porque o desrespeito à diversidade constitui importante fator de exclusão escolar.

Além disso, o mito da regularidade linguística desfaz-se com a contemplação dos inúmeros gêneros textuais que são (ou deveriam ser) trabalhados em sala de aula. Cada um desses gêneros apresenta suas particularidades, que envolvem uma linguagem própria, um vocabulário específico, uma gramática mais ou menos rígida, enfim, tudo isso diz respeito à variedade típica de uma língua funcional. Antunes (2009, p.208) afirma que seja “em relação à oralidade, seja em relação à escrita, a consideração do fenômeno da variação linguística implica, necessariamente, a inclusão de muitos fatores pragmáticos envolvidos na interação”.

Bagno (2002) defende que o português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, porque, além da extensão territorial de nosso país, ocorre a injustiça social. O abismo linguístico de que trata em sua obra é atribuído às graves diferenças de “status” social: há os falantes das variedades não padrão do português, a maioria da população, e os falantes da variedade culta, que é ensinada na escola.

Ramos (2013, p. 411) retoma a premissa de que um dos objetivos do ensino de Língua Portuguesa é tornar seus usuários “políglotas de sua própria língua” (conforme defende o professor Evanildo Bechara). Assim sendo, a evidência da variação linguística ganha sentido não apenas como forma de combate ao preconceito linguístico, mas como meio de ampliar a consciência dos alunos sobre a importância de se considerar as variedades mais adequadas a cada situação de uso.

A Sociolinguística, que tem como precursor William Labov, estuda essas variações, analisando “o comportamento social” da língua. É ancorado nos aspectos sociais da linguagem que se propõe um estudo da língua, sempre na busca de estabelecer a correlação entre as variáveis linguísticas e as variáveis não linguísticas do contexto social. É nesse contexto que Labov (2008) aponta como característica própria de qualquer língua a heterogeneidade (ARAÚJO, 2012, p. 82)

2.2.4 A Formação do Professor de Língua Portuguesa

Recapitulando o cenário da formação linguística e acadêmica do professor, retomase, também, a própria história de mudanças no cenário da Educação Brasileira. Em Moura e Luquetti (2009, p.3), há um resgate desse processo de reconfiguração educacional, a partir de 1980, que consistia em abordagens multiculturalistas, afirmação da diversidade. Até então, segundo os autores, os professores eram formados a partir de uma visão restritiva, sem ampliação de saberes. Ressaltam, diante da análise das frustrações e dificuldades no ensino da língua materna:

A formação docente é, atualmente, prioritária para a mudança desse contexto de diversidade e preconceitos, entre os quais os sociais e os linguísticos. A maior parte dos educadores ainda não concebe a diversidade e a diferença linguística; conseqüentemente, não possui a capacidade de análise para transformar a sua prática pedagógica. Diante das transformações do mundo, que impõem novos olhares frente ao conhecimento, observa-se, nas últimas décadas do século XX, uma série de reformas educacionais, elaborando-se novos marcos legais para o redimensionamento de políticas públicas, que objetivam o desenvolvimento de novas capacidades técnicas e administrativas, incluindo, entre outras questões, novos conteúdos de ensino da escola e da formação de professores (MOURA, LUQUETTI, 2009, p.5)

Em meio às oportunidades de cursos e estágios/bolsas oferecidos pelo IFF, inseridos na área técnica, destaca-se, também, o curso de Letras, no formato Licenciatura. Inicialmente fora do contexto técnico, procura-se relacioná-lo à questão da empregabilidade, visto que já se aponta para uma forte relação entre a educação linguística e o mercado de trabalho.

Assim, uma parceria entre a formação de professores de língua portuguesa e os futuros técnicos e profissionais faz-se adequada. Uma educação linguística favorável passa pelo bom preparo dos professores do idioma.

As licenciaturas em geral sofrem um desgaste e a procura por um curso de formação de professor está cada vez mais restrita. O número de candidatos a professor diminui gradativamente e a carência se estende a todas as áreas do conhecimento.

O que se sabe, a respeito da formação do professor de Língua portuguesa é que os professores de graduação nos cursos de Letras, determinantes na formação dos professores de português, tendem a abordar diversas teorias sem estabelecer uma ligação com a prática pedagógica (OLIVEIRA; 2010, p. 23). O autor destaca, ainda, que, num curso de licenciatura, que visa à formação de professores, abordar uma teoria sem fazer conexão entre ela e a prática docente é condenável. Acrescenta:

o professor precisa se conscientizar da necessidade de dominar determinados conhecimentos teóricos para poder tomar decisões fundamentadas no que diz respeito ao planejamento das aulas, à escolha das atividades a serem realizadas em sala, ao gerenciamento das aulas e ao processo de avaliação. Sua prática pedagógica precisa estar explicitamente baseada em arcabouços teóricos que fundamentem e justifiquem suas ações, suas decisões (OLIVEIRA; 2010, p.24)

Assim sendo, conceitos como o de ensino, método de ensino, língua, entre outros, ganham sentido e concretude.

Esse discurso de que a formação de professores de língua ainda tem se mostrado insuficiente e imaturo encontra respaldo em variados estudos e publicações. Guedes (2006) considera, em sua análise, a condição real desses cursos:

Não é verdade nem que os alunos cheguem ao curso de letras dominando a língua escrita (menos ainda as habilidades de ler e escrever) nem que os cursos de letras formem o especialista aparelhado das modernas teorias literárias e linguísticas nem que do especialista em linguística e em teoria literária se forme o professor preparado para enfrentar o que aparecer na sala de aula. (p.29).

Obviamente, há exceções, e alguns cursos redirecionam a formação de professores, numa perspectiva mais moderna e significativa.

A licenciatura em Letras (habilitação Português - Literaturas) do Instituto Federal Fluminense - Campos Centro compõe o percentual obrigatório (20%) de matrículas do Ensino Superior nas Licenciaturas, juntamente com as licenciaturas de Ciências da natureza, Geografia e Matemática e, mais recentemente, de Educação Física, Música e Teatro, conforme reza o decreto nº 11.892/08, artigo 8º, mas, muito especialmente, passa a ser o lugar de formação e interlocução de profissionais cientes das múltiplas linguagens que habitam e habilitam o indivíduo a ser agente de mobilidade e transformação sociais.

De acordo com o PPC (Projeto Pedagógico do Curso) de Letras, formulado em 2012 e em processo de atualização, os Estudos Linguísticos e Literários – eixos curriculares obrigatórios – partem do pressuposto de que língua e literatura são complexas práticas sociais e elaborações artísticas de nossas formações culturais.

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) também são objeto de estudo, por parte do licenciando, levando em conta as ferramentas pedagógicas necessárias ao processo de ensino-aprendizagem, como se observa em disciplinas como “Linguagens no ciberespaço” e “Tecnologias da Informação e da Comunicação” e o Ensino de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira”. O curso oferece propostas que definem seus saberes específicos, instrumentais e práticos. Dessa forma, associa-se teoria à prática e se prepara o profissional para o mundo do trabalho. A prática é vista, assim, como componente curricular e as atividades acadêmico-científico-culturais como eixos articuladores de tais saberes.

Dentre os objetivos do curso, pode-se destacar a pretensão de se formar profissionais aptos à compreensão das diversidades linguísticas que constituem a língua portuguesa em níveis diatópicos, diafásicos, diastráticos, diacrônicos e capazes de, sem abandonar a variante culta da língua, ensinar seus usuários a serem políglotas na própria língua e destros na adaptação da mesma a contextos de produção textual distintos.

O licenciado em Letras deverá apresentar múltiplas competências e habilidades, a partir do domínio e da reflexão crítica sobre os componentes curriculares e dos conhecimentos oriundos de suas participações nas atividades acadêmico-científicas, como, por exemplo, estar preparado para inserir-se no mundo do trabalho como profissional que possa atuar no Ensino, na Pesquisa e na Extensão da Educação Básica e/ou Profissional.

A matriz curricular da Licenciatura em Letras (Português-Literaturas) se estrutura a partir dos saberes específicos, instrumentais e profissionais, perfazendo um total de 3820 h/a. Visa à formação docente integral, associando os componentes curriculares relativos aos estudos linguístico-literários e pedagógicos. (APÊNDICE A) A Licenciatura em Letras (Português - Literaturas) contempla a Prática como Componente Curricular (PCC) de forma articulada com os demais estudos no curso, tendo em vista a formação da identidade do professor como pesquisador e educador. A correlação entre teoria e prática é oferecida aos alunos, no interior das disciplinas (Leituras Orientadas I e II, Leitura e produção textual I, II, III, IV, Linguagens no Ciberespaço, Organização e Gestão de Ambientes de Aprendizagem I e II (LP e LB), Tecnologias da Informação e da Comunicação e o Ensino de Letras,

Diálogos com a escola-campo) que constituem os componentes curriculares de formação específica e instrumental, desde o início do curso. (APÊNDICE A)

Quanto ao estágio supervisionado, destaca-se que será desenvolvido a partir do início do 5º período do curso e terá duração mínima de 400 (quatrocentas) horas, constituindo-se em mais um processo de articulação teoria-prática. Será realizado em escolas públicas e será regido em conformidade com o respectivo regulamento aprovado pelo Colegiado do Curso. (APÊNDICE A)

A prática profissional é concretizada por, no mínimo, 200 (duzentas) horas em atividades acadêmico-científico-culturais, reconhecidas pelo Colegiado do Curso como relevantes para que se adquiram as competências e as habilidades necessárias para o perfil profissional proposto neste projeto. Trata-se de atividades que envolvem ensino, pesquisa e extensão, cumpridas tanto no âmbito interno quanto externo à instituição. (APÊNDICE A)

Ainda de acordo com o PPC, a regulamentação do acompanhamento, orientação e avaliação dessas atividades deverá ter a supervisão de um professor, designado pelo Colegiado, ou do próprio Coordenador do Curso, envolvendo sempre os estudos linguísticos, literários e outros afins. São atividades acadêmico-científico- culturais e de extensão: participações em seminários, congressos, apresentações e exposições acadêmicas, monitorias, projetos de ensino, relatórios de pesquisas, atividades de extensão, estágios não obrigatórios, visitas a museus, assistência a espetáculos, filmes e exposições, entre outras, entendidas como modalidades do processo formativo. (APÊNDICE A)

2.2.5 Educação Básica e Profissionalizante: Uma Questão Estrutural

Salas de aula precárias não simbolizam o único problema educacional brasileiro. Para além do aspecto físico, há todo um sistema organizacional defasado e, muitas vezes, distante da real necessidade dos alunos e futuros profissionais. Ainda é sentida a consequência dessa falta de condição geral da educação, que se reflete nos dados e pesquisas voltadas para a análise do sistema educacional brasileiro. Os números são alarmantes e carecem de reflexão e de atitudes. O que se observa, muitas vezes, é um distanciamento entre a educação que se propõe e a que se faz.

Tendo em vista um conjunto de iniciativas de políticas públicas no contexto ensino-aprendizagem, tais como a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, que incluiu o Ensino Médio na Educação Básica, a publicação, em 1999/2000, dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEN), vale destacar parte das competências linguísticas apontadas por esses documentos. Conforme orientações da OCEN é recomendada à disciplina de Língua Portuguesa a promoção de oportunidades para que o aluno conviva com situações de produção e leitura de textos, atualizados em diferentes suportes e sistemas de linguagem. Essa recomendação se desdobra em objetivos específicos, que, por sua vez, direcionam a organização das atividades de Língua Portuguesa no Ensino Médio em torno de seus eixos linguísticos.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), dentre suas atribuições, destaca a importância e o papel do Ensino Médio, vinculado à formação profissional. Preparar o aluno integralmente para esse mundo do trabalho significa estar de acordo com a lei e concretizar uma educação de qualidade e com uma aplicabilidade bem definida. No artigo 2º, a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade

humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O vínculo entre escola e trabalho passa por questões diversas, tais como gratuidade do ensino, valorização do profissional da educação, garantia de qualidade de ensino etc. No presente estudo pretende-se ater às competências linguísticas nesse universo de formação, mais especificamente do Ensino Médio Profissionalizante, também contemplado na LDB. Sobre esse tipo de formação, a LDB considera, em seu artigo 39, que educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

A possibilidade de articulação da formação técnica e profissional com o ensino regular leva à reflexão acerca da posição cognitiva e ideológica dos conceitos linguísticos vários. Qual é o papel da Língua Portuguesa nesse contexto de preparação para as empresas-alvo nos cursos profissionalizantes?

Em conformidade com as OCEM, no portal do MEC, o papel da Língua Portuguesa no contexto do Ensino Médio deve envolver uma reflexão sobre o projeto educativo que se pretende nesse nível de ensino.

Considerando-se a LDBEM/96, que toma o Ensino Médio como etapa final da educação básica, essa fase de estudo pode ser compreendida como um período de supostamente no ensino fundamental.

Marcuschi (2006, p. 57) coloca que essa lei maior da educação, ao atribuir ao Ensino Médio uma função relevante na formação dos jovens para a cidadania, cria as condições necessárias para a construção de um perfil próprio para esse nível de ensino. Ressalta, também, que, na LDB vigente até 1996, havia uma dualidade no Ensino Médio (antes 2º grau): ou se preparava para o prosseguimento dos estudos, para uma carreira acadêmica, ou se habilitava para o exercício de uma profissão técnica.

Assim, parte dos alunos era estimulada a buscar no ensino médio a formação profissionalizante, atendendo "à premência do exercício precoce de uma atividade profissional, motivada por condições econômicas adversas, em decorrência do quadro social brasileiro" (MARCUSCHI, 2001, p. 38)

Acrescenta, ainda, que:

estudantes oriundos sobretudo da classe média podiam optar por uma formação preparatória, constituída por um conjunto de estudos nas áreas humana e científica, tida como pré-requisito para a aspiração de ingressar em cursos de nível superior (MARCUSCHI, 2006, p.58)

Com a nova LDB, modifica-se esse olhar sobre o ensino médio, numa visão mais holística do papel da educação. Abre-se, então, caminho para que as DCNEM (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio) reafirmem o ensino médio como etapa imprescindível de escolarização. Além disso, ratificam esse nível de educação como capaz de integrar finalidades até então dissociadas: consolidação e aprofundamento dos

conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, preparação básica para o trabalho e a cidadania, aprimoramento do educando como pessoa humana e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos (MARCUSCHI; 2006, p.58).

Vale ressaltar a importância das avaliações nacionais, SAEB e ENEM, como consolidadores desse novo encaminhamento curricular. Quanto às mencionadas avaliações, sabe-se que, ao sinalizarem em suas questões os saberes que mais lhes interessam, acabam por influenciar fortemente a proposta curricular básica das escolas.

Tendo em vista a matriz curricular relativa ao ensino da língua materna e o que é cobrado no SAEB e no ENEM, percebe-se o que, de fato, é (ou deveria ser) valorizado em termos linguísticos.

No que tange à língua portuguesa, o foco da testagem tanto do ENEM quanto do SAEB situa-se na compreensão de leitura, ainda que o ENEM solicite dos alunos uma produção textual. A não inclusão da produção textual no SAEB é atribuída a questões meramente operacionais, ou seja, a dificuldades que a correção de um expressivo número de textos demandaria (MARCUSCHI; 2006, p.61)

Vale realçar que a escola não tem como objetivo somente preparar os alunos para concursos e provas oficiais. Antunes (2007, p. 148) coloca que não é dessa forma que a escola cumpre seu papel de promover a inclusão dos cidadãos. Para além das provas e vestibulares, a educação deve se preocupar com sua abrangência social e política.

De qualquer maneira, é válido ressaltar o destaque do Instituto Federal Fluminense, Campos Centro, no ranking do Enem 2014, entre as escolas de Campos dos Goytacazes. A instituição preza pelo ensino técnico, que, embora na modalidade integrada, possui restrições em sua carga horária no que diz respeito à grade curricular correspondente ao Ensino Médio.

Tendo em vista a segunda colocação entre as escolas de Campos dos Goytacazes, percebe-se uma qualificação do aluno do campus no sentido de se ir além da formação especificamente técnica. Há, apesar de algumas limitações, uma abertura em termos pedagógicos para que se prepare amplamente o aluno, não apenas para o Enem e vestibulares, mas que se desenvolvam, na área de Linguagens e Códigos, competências e habilidades linguísticas.

Na contramão dos resultados alarmantes de outros exames nacionais, a média positiva de uma escola pública federal alerta para uma necessidade de se tornar equivalente o ensino e as condições de outras escolas públicas. Há de se considerar que os alunos de uma instituição federal passam, em sua admissão, por um processo seletivo, que já constitui uma filtragem pela qual, inclusive, 50%(cinquenta por cento) dos candidatos aprovados são oriundos do ensino privado. Os outros 50% (cinquenta por cento) das vagas são destinados a alunos da rede pública.

Observando o perfil da prova do Enem, reconhece-se um ensino das matérias do núcleo comum, dentre elas o Português, numa perspectiva mais ampla e voltada para o desenvolvimento de habilidades e competências em consonância com esse exame e com as orientações oficiais. Apesar disso, muito há para se evoluir.

Tabela 2: Ranking das 10 Melhores Escolas de Campos dos Goytacazes no ENEM 2014

Nome da escola	Rede	Indicador de permanência na escola	Indicador de nível socio-econômico	Média da escola (provas objetivas)	Média da escola (linguagens)	Média da escola (matemática)	Média da escola (ciências da natureza)	Média da escola (ciências humanas)	Média da escola (redação)
COLEGIO JOAO XXIII CENTRO DE ESTUDOS	Privada	De 40% a 60%	Muito Alto	605,3	577,4	625,1	588,7	630,0	693,5
IFF - CENTRO	Federal	80% ou mais	Alto	599,0	584,4	611,3	576,6	623,8	659,5
ALPHA	Privada	De 60% a 80%	Muito Alto	595,5	573,9	608,0	572,5	627,6	662,9
PRO-UNI	Privada	80% ou mais	Muito Alto	593,6	581,3	597,0	575,8	620,3	682,0
INST DOM BOSCO	Privada	80% ou mais	Muito Alto	592,7	586,7	593,4	571,7	619,0	645,3
CENSA	Privada	80% ou mais	Muito Alto	588,6	566,7	586,5	571,9	629,5	675,0
COL JOAO PAULO II	Privada	De 60% a 80%	Alto	572,7	574,0	561,7	538,9	616,1	618,9
IFF - GUARUS	Federal	80% ou mais	Médio	554,2	556,3	518,5	541,2	600,8	597,0
EXTERNATO CAMPISTA	Privada	80% ou mais	Muito Alto	542,8	538,5	529,4	516,8	586,4	586,8
CEFA	Privada	De 60% a 80%	Alto	536,9	536,6	540,6	494,8	575,7	612,2

Fonte: Brasil (2015).

Analisando a tabela 2, destaca-se a presença do campus Campos-Centro e do campus Guarus, escolas públicas, em meio às outras instituições, particulares. Observa-se, também, no que diz respeito ao *Campus Campos Centro*, que o indicador de nível socioeconômico se revela alto e o percentual indicador de permanência na escola mostra-se equivalente ao de algumas escolas privadas.

Quanto à média das escolas na prova de linguagens, o *campus Campos Centro* mantém o destaque e o segundo lugar. Já na redação, fica colocado em quinto lugar. Vale ressaltar que, no IFF, e nas escolas públicas em geral, a carga horária destinada à produção textual é bem reduzida em comparação à de escolas particulares.

Antunes (2009, pp.42-43) afirma que, em um programa orientado para uma educação linguística ampla – condição de cidadania -, o ensino e a distribuição dos conteúdos teriam que ser alterados. O foco seria a compreensão e a produção dos sentidos materializados em gêneros de textos, com grande destaque para a literatura.

O Enem aponta para esse novo olhar, para além da gramática normativa e do ensino engessado. Apesar de alguns equívocos e limitações desse exame, o saber ler e escrever se amplia e coincide com as necessidades do mundo do trabalho.

2.2.6 Políticas Linguísticas e Educacionais

Diante das reiteradas considerações, reflete-se que, por razões várias, a prática escolar muitas vezes não corresponde à proposta curricular oficial. Políticas educacionais que promovam uma reorganização estrutural de ordem prática, como salas e ambientes pedagógicos favoráveis, disponibilidade de profissionais adequados e horários flexibilizados de acordo com a realidade da escola e da região, constituem um dos caminhos a serem percorridos nessa empreitada.

Soares (2000; p.8) discute o fracasso da escola e coloca que, no Brasil, o discurso em favor da educação popular precedeu a proclamação da República e que, até hoje, diagnósticos, denúncias e propostas de educação popular têm estado sempre presentes no discurso político sobre educação em nosso país.

Ressalta que, desde então, tal discurso vem sendo inspirado nos ideais democrático-liberais. Objetiva-se, assim, a igualdade social via democratização do ensino. Expressões como “igualdade de oportunidades educacionais” e “educação como direito de todos” tornaram-se lugares-comuns, não interrompidos nem mesmo durante os regimes ditatoriais.

Ao longo do tempo, esse discurso pela democratização do ensino ora toma uma direção *quantitativa*, em defesa da ampliação de ofertas educacionais - aumento do número de escolas para as classes populares, obrigatoriedade e gratuidade do ensino elementar - ora se volta para a melhoria *qualitativa* do ensino - reformas educacionais, reformulações da organização escolar, introdução de novas metodologias de ensino, aperfeiçoamento de professores (SOARES; 2000, p.9)

Há, e sempre houve, uma demanda popular pelo acesso à educação. Soares (2000; p. 9) afirma, ainda, que a escola pública não é uma doação do Estado ao povo, mas uma progressiva e lenta conquista das camadas populares, em sua luta pela democratização do saber, através da democratização da escola.

Embora a escola ainda tenha inúmeras deficiências, há de se considerar uma busca incessante por uma superação de tais déficits por parte de muitos profissionais da área. Ainda assim, muitos são os empecilhos, já analisados anteriormente neste trabalho.

Moura, Souza e Machado (2003; p. 2), a partir de uma proposta de aplicação de políticas linguísticas em escolas públicas e como base o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM), escola pública formadora de professores de ensino fundamental, reflete acerca da Linguística e da Pedagogia como matrizes de ordem prática e teórica para montagem de um modelo sociopedagógico de orientação do ensino e coordenação de línguas em escolas de rede pública. Acrescenta:

A pedagogia linguística, aqui expressa, salienta a habilidade e a necessidade social da língua como fator fundamental para o desenvolvimento pleno de alunos em escola – e cidadãos usuários da língua –, prestes a ingressar numa esfera social e profissional cujos requisitos imediatos se resumem ao domínio de uma língua com flexibilidade suficiente para se adequar a contextos específicos de uso (MOURA; SOUZA; MACHADO, 2003, p. 2)

Em sua proposta de uma pedagogia linguística, dado o valor da língua no currículo escolar, Moura, Souza e Machado (2003, p.6) ressaltam a importância de se aliar a ação administrativa da escola com a prática teórica do ensino da língua. Apresenta como objetivo central desse tipo de política escolar desenvolver na escola condições que criem no aluno, no professor e na administração da escola a liberdade para o uso expressivo e funcional do idioma. É válido destacar que se trata de uma escola que formam professores e, como tal, políticas públicas educacionais que redimensionem a postura diante da língua portuguesa e seu ensino é de suma relevância.

Reconhecer que o pleno exercício da cidadania é fruto, inclusive, de uma boa relação com a língua que nos representa é fundamental. Definir políticas para uma educação linguística de base sólida passa pelo conhecimento da realidade escolar, pelo desenvolvimento de uma visão crítica diante dos elementos educacionais, tais como o livro didático e os métodos de ensino, assim como pela capacitação de educadores e gestores numa perspectiva moderna e funcional.

Antunes (2007, p. 152) ressalta que se o que é proposto é uma inclusão social dos alunos, é urgente a necessidade de incluí-los no mundo da leitura, da escrita, da análise, da reflexão crítica e criadora, enfim, da posse da palavra. A autora destaca, ainda, algumas reflexões sobre mudanças a serem realizadas nas escolas.

Em primeiro lugar, destaca que os objetivos deveriam ser revistos de modo a ampliar no aluno todas as competências que envolvem a atividade verbal; em segundo lugar, propõe um maior destaque e funcionalidade ao espaço destinado às bibliotecas, às

salas de leitura, às salas de debates e de outros recursos midiáticos; em terceiro lugar, coloca que as questões de linguagem deveriam ser exploradas por todos os professores da escola, e que desenvolver as competências de leitura e de escrita não caberia apenas aos professores de língua; em quarto lugar, faz uma abordagem interacionista da linguagem e propõe aulas que contemplem a articulação de vários componentes da língua, na forma em que ela funciona e, não, com aulas divididas em gramática, redação, interpretação; em quinto lugar, acrescenta que a definição de programas deveria passar por uma séria revisão, preenchendo o núcleo principal dos programas de ensino de acordo com as orientações modernas oficiais. Sugere, inclusive, estudos sobre “como falar em público”- atividade extremamente útil para a vida social e profissional; em sexto lugar, reflete que mudar o foco das aulas- que deixariam de ser de mera correção para de exploração, investigação e pesquisa- seria importante; em sétimo lugar, sugere que, numa escola que aborda a língua numa dimensão mais ampla, as salas de aula deveriam contar com trinta alunos, no máximo, para que as condições de aprendizado fossem favoráveis. Finalmente, lembra que os professores de línguas, mais especificamente os de português, deve ser o maior exemplo para seu aluno: ler assiduamente, ser amantes de textos literários e não literários, saber escrever, articular ideias e expressar-se formal ou informalmente, a depender do contexto. Moura e Luquetti (2009) colocam que:

a Escola é um espaço democrático, que tem como missão promover a erradicação das diferenças, assim como permitir que o indivíduo tenha ascensão social. Além disso, no contexto escolar, não podemos desconsiderar a existência de um Projeto Político Pedagógico, pois toda escola precisa definir para sua comunidade uma identidade, seus princípios e suas normas que direcionem a ação pedagógica. (p.8-9).

Ciente de que as políticas educacionais e linguísticas envolvem a formação do professor numa perspectiva mais ampla, destaca-se aqui a importância da abordagem do multiculturalismo nesse processo. Ainda em Moura e Luquetti (2009, p.6), encontra-se a proposta de se rever a prática pedagógica como meio de propor novas metodologias para o ensino em geral. Há, além disso, a proposta de revisão de currículos, relacionando cultura e identidade, a avaliação do desempenho escolar, a formação do professor e a diversidade cultural. Propõem-se, então, ações de oportunidades de sucesso escolar para todos os alunos, independente de condição social. Acrescentam:

Acreditamos que, aliada à elaboração de políticas educacionais que promovam uma formação docente desvinculada de preconceitos, faz-se necessário, a fim de que se realize uma revisão dos materiais pedagógicos em todos os níveis de ensino, principalmente dos livros didáticos, propor um redimensionamento da constituição social, sempre levando questões públicas à apreciação da comunidade escolar (MOURA, LUQUETTI, 2009, p.7)

ESTUDO DE CASO

3.1 INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE: RELAÇÃO ESCOLA- EMPRESA

No Instituto Federal Fluminense, o ensino médio associado ao técnico, na modalidade integrada, visa à formação profissional e, paralelamente, básica, em nível médio.

Nesse contexto, a integração entre instituições de ensino e empresas é fundamental para a inserção de alunos e egressos no mundo do trabalho. Se, por um lado, é essencial que a instituição conheça o setor produtivo e suas demandas para adequar o ensino oferecido, por outro, as empresas também necessitam conhecer o ambiente educacional e os futuros profissionais que estão sendo capacitados. Trata-se de uma relação que beneficia a todos, mas, principalmente, os estudantes que já iniciam sua vida acadêmica de olho no mundo do trabalho e como conquistar uma oportunidade, segundo informações no site da Instituição.

O setor de Estágio e Emprego está sempre atento às vagas oferecidas e mantém contato direto com os departamentos de Recursos Humanos das empresas. As empresas precisam se aproximar dos estudantes para que se estabeleçam parcerias. Esse contato com as instituições de ensino é essencial nesse processo de contratação. As instituições se beneficiam, já que utilizam essas parcerias como forma de oferecer oportunidades para que seus alunos apliquem seu conhecimento acadêmico no mercado de trabalho. Os eventos, as palestras e as feiras que ocorrem nas escolas técnicas são de grande valor para o fortalecimento desse vínculo. Nessas ocasiões, ensina-se como se portar em uma entrevista de emprego ou como preparar um currículo, por exemplo.

Ainda conforme informações expostas pelo Portal do IFF, a relação mais próxima entre escola e empresa auxilia a instituição no desenvolvimento de conteúdos mais adequados às realidades empresariais e na melhor identificação de estagiários/cursos adequados às suas necessidades.

Muitos estudantes ainda se encontraram imaturos quanto ao contexto profissional, apresentando, por vezes, desinteresse pela área técnica escolhida ou desconhecendo informações básicas referentes ao meio específico de atuação de seu curso. Faz-se necessário, portanto, oferecer ao estudante uma visão mais ampla da atuação do Técnico em que está inserido. Este profissional pode ter atuação direta nas operações técnicas, mas também nos aspectos de planejamento e em outras diversas atividades.

A inserção no mundo do trabalho é o objetivo central de um curso técnico profissionalizante. Para tanto, a relação escola-empresa mostra-se particularmente eficaz quando ocorre desde a sala de aula até situações externas a ela. Aliar conteúdos e atividades curriculares e extracurriculares a esse propósito aproxima o aluno da escola e o candidato a uma vaga ao seu futuro ambiente profissional.

A importância de se aliar o técnico ao regular de modo que se complementem deve ser considerada. Vale destacar, por exemplo, a valorização de exercícios linguísticos, como a elaboração de relatórios técnicos, demanda extremamente citada nas entrevistas.

Conforme orientações no Portal do IFFluminense, para ingressar nos cursos técnicos ofertados pelo Instituto, os candidatos precisam ser aprovados em processo seletivo específico. A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio - integrado, concomitante ou subsequente.

Os cursos técnicos integrados são oferecidos somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental e planejados de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, com uma única matrícula no IFFluminense.

Os cursos técnicos organizados na forma concomitante são destinados a quem tenha concluído ou esteja cursando o ensino médio em outra instituição de ensino. Os cursos subsequentes são desenvolvidos para quem já tenha concluído o ensino médio.

Através do Programa Petrobras de Formação de Recursos Humanos (PFRH), a Petrobras assinou convênio pela primeira vez com os Institutos Federais em janeiro de 2010. Dos 38 existentes, dois foram escolhidos como Projetos Pilotos: Instituto Federal Fluminense (IFF) e Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). O convênio na Instituição Fluminense conta também com a participação da Fundação Pró - IFF, cujo apoio na gestão e execução do recurso é essencial para a realização do PFRH no IFF.

O objetivo do PFRH é garantir a permanência e êxito dos estudantes de cursos técnicos de várias áreas que desempenham papel fundamental para a cadeia produtiva de petróleo e biocombustíveis. Vários cursos técnicos do IFF se enquadram nessa condição, dentre eles os cursos de Automação Industrial, Eletrotécnica, Química, Mecânica, Meio Ambiente, Eletrônica, Segurança do Trabalho, entre outros.

O estudante selecionado através de edital específico recebe uma bolsa mensal no valor de R\$350,00 e durante o período de vigência deverá apresentar melhores resultados de participação nos estudos, além de desenvolver pesquisas e atividades relacionadas às áreas de interesse do Programa: Petróleo, Gás, Energia, Meio Ambiente e Biocombustíveis.

Compreendendo a importância estratégica dos cursos técnicos para o desenvolvimento econômico e social do país, o Programa busca apoiar a excelência dos cursos técnicos contemplados pelo Convênio, a fim de garantir a qualidade dos futuros profissionais da área. Assim, é disponibilizado também recurso para investimento em materiais, equipamentos, bem como participação em congressos e viagens técnicas tanto para professores quanto para alunos, entre outros. É a chamada taxa de bancada, que auxilia tanto no aperfeiçoamento da formação do estudante como na melhoria dos laboratórios e aperfeiçoamento profissional dos professores, além de prover recursos didáticos.

Ao final do convênio, os bolsistas devem apresentar o resultado de seus trabalhos em uma Feira de Ciência e Tecnologia, atividade anual prevista pelo Programa. A primeira edição realizada em todo o Brasil, dentre todas as instituições conveniadas, foi no IFF, no *campus* Campos-Guarus, em 2012.

Neste ano de 2015, ocorreu mais uma edição da Feira Mostre-se, parte da política de estreitamento de relações entre a academia e o mundo do trabalho. Visa ao acesso de alunos e egressos no mercado e coloca o IFFluminense como referência na formação profissional e cidadã. O mosaico apresentado na Figura 3 aponta as empresas que estiveram envolvidas na Feira, buscando parcerias com a instituição.



Figura 3: Mosaico de empresas presentes na Mostre-se 2015.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

3.2 METODOLOGIA

O objeto estudado é o vínculo real, bem como o ideal, entre educação, formação básica com ênfase na língua portuguesa, e o mercado de trabalho na região Norte Fluminense, em especial o setor petrolífero.

Dessa forma, criam-se hipóteses, confirmadas parcialmente, tais como: as empresas petrolíferas regionais apresentam certo déficit quanto à questão comunicativa e de uso da linguagem em suas tarefas cotidianas, o que prejudica, de alguma forma, o bom andamento das atividades profissionais; há uma mudança no perfil profissional exigido pelas empresas: a habilidade técnica específica em determinada área divide espaço com o domínio eficaz da Língua Portuguesa, como meio de potencialização da dinâmica do trabalho; o ensino da Língua Portuguesa, essencialmente no contexto do Ensino Médio Integrado, se aliado ao mercado de trabalho, atende às exigências instituídas pela LDB, além de ir ao encontro das expectativas dos estudantes dos cursos profissionalizantes, redimensionando uma disciplina vista, muitas vezes, como pouco valorizada e prática.

Tendo por base uma pesquisa qualitativa sobre o assunto em empresas de grande, médio e pequeno porte, buscou-se a obtenção de dados e informações que confirmassem

ou refutassem a análise de aliança da língua portuguesa com o mercado de trabalho. Por meio de entrevistas semiestruturadas, pretendeu-se identificar a realidade empresarial do Norte Fluminense, a adesão, ou não, a esse novo perfil de profissional, competente integralmente, para além da técnica.

A partir de entrevistas com o setor de gestão de pessoas das empresas e com demais funcionários de diferentes setores e perfis, por exemplo, intencionou-se uma apuração dos fatos e um conhecimento básico acerca da utilização da linguagem nesse ambiente profissional, assim como se buscou averiguar a importância atribuída a uma clara e eficaz comunicação linguística nas empresas selecionadas. As informações coletadas, conforme Amostragem Não Probabilística por Conveniência constituíram um convite à reflexão acerca dessa (nova) demanda profissional.

É destacada a importância de se investigar acerca das informações por meio da elaboração de um roteiro que inclui perguntas abertas, proporcionando uma flexibilidade maior durante a abordagem. Questionamentos acerca das dificuldades quanto ao uso da linguagem no dia a dia das empresas, por exemplo, são feitos sob a forma de questões abertas. Já as competências linguísticas exigidas nesse mercado são elencadas numa lista previamente elaborada para análise do entrevistado, em determinado momento da conversa. Esse informante poderia ser um funcionário da área técnica, um gestor ou um recrutador da empresa. (APÊNDICE B)

Além da metodologia citada anteriormente, propôs-se realizar uma análise documental, tendo em vista o estudo de leis referentes a aspectos educacionais, bem como a observação de programas institucionais, normatizações de empresas etc.

Diante desse quadro metodológico, cujo “carro-chefe” foi a entrevista, vale ressaltar a influência de certos pontos da pesquisa, tais como: a familiaridade do entrevistador com as perguntas realizadas, a garantia da competência do entrevistado em responder, a relevância das perguntas feitas, utilização de itens curtos, simples e claros, bem como a preocupação em evitar itens negativos e tendenciosos. É importante que se garanta, assim, a confiabilidade e a validade da pesquisa.

A presente pesquisa desenvolveu-se num contexto de informalidade, tendo em vista os ambientes e as condições em que as informações foram coletadas: Feira Mostre-se 2014, realizada no IFFluminense- Campos Centro, no mês de agosto e Feira Brasil Offshore 2015, realizada em Macaé no mês de junho; além disso, colheram-se informações e dados por meio de e-mails direcionados aos recrutadores ou a outros funcionários de Recursos Humanos de empresas ligadas ao setor de Petróleo e Gás da região Norte Fluminense.

As empresas que colaboraram como informantes são AFGlobal, Dunlop, Sulzer, Weatherford, Petrutech, Oil States, Locon, NOV, SBM Offshore, Man Diesel, Oceaneering, Schlumberger, FMC Technologies, Halliburton, Lupatech, Fototerra, Odebrecht, Onesubsea, Sparrows e Harding. Tais organizações contribuíram por meio de entrevistas orais e/ou escritas e cederam informações quanto ao processo seletivo e o cotidiano das empresas, por meio, basicamente, de seus recrutadores.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.3.1 Perfil Laboral

Em praticamente todas as entrevistas realizadas nesse período de 2014 e 2015, os informantes ressaltaram que o perfil do colaborador que se almeja extrapola o conhecimento técnico e busca, acima de tudo, um funcionário com características comportamentais positivas, dentre as quais muitas aparecem no gráfico apresentado posteriormente. É de suma importância a ênfase na comunicação, no bom uso da linguagem.

Nem sempre foi assim. Há algum tempo, o técnico em determinada área deveria dominar, exclusiva ou essencialmente, os saberes específicos à sua função. A linguagem sempre foi uma necessidade, mas a percepção de que ela influencia fortemente o desenvolvimento individual e coletivo de uma empresa vem adquirindo destaque gradativamente em nossa sociedade.

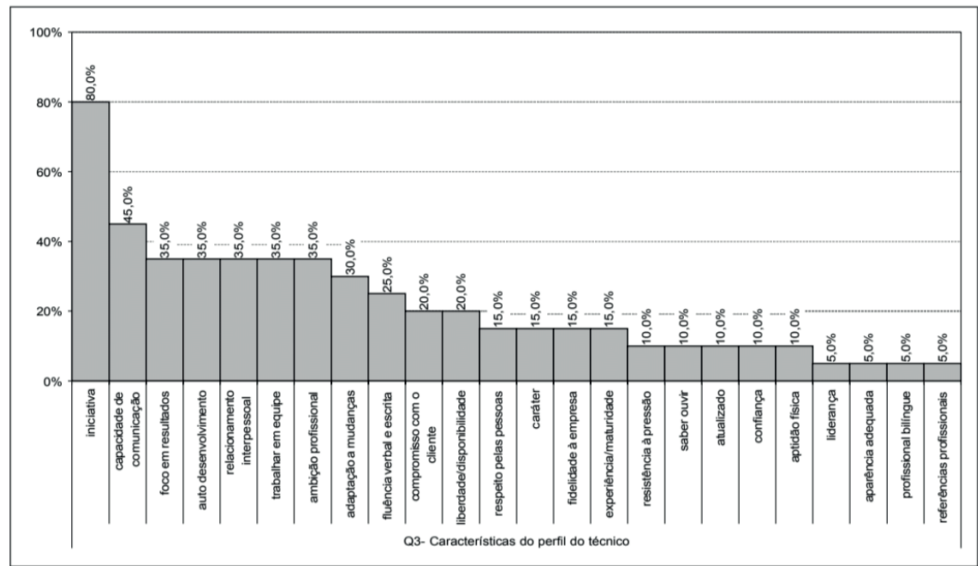


Figura 4: Perfil do Técnico no Processo Seletivo

Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

Quando perguntado sobre o perfil do técnico de nível médio que a empresa deseja contratar e sobre que competências ele deve trazer de modo geral, o resultado é retratado na Figura 4, principalmente a pró-atividade, ou iniciativa, representando 80% (oitenta por cento) das respostas, considerada característica fundamental e que abre caminho para outras qualidades também valorizadas. A capacidade de comunicação é valorizada e aparece em segundo lugar, com 45% (quarenta por cento). Aparecem, ainda, com 35% (trinta

e cinco por cento) outras características, como foco em resultados, autodesenvolvimento, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, ambição profissional. Seguem-se com percentuais diminuídos gradativamente outras características/posturas: adaptação a mudanças, fluência verbal e escrita, compromisso com o cliente, disponibilidade, respeito, experiência, resistência à pressão, saber ouvir, atualização, confiança, aptidão física, liderança, aparência adequada, bilinguismo e referências profissionais. As quatro últimas apresentam um percentual bem baixo. Vale ressaltar que muitas dessas características ou posturas forma citadas aleatoriamente pelos informantes e alguns deles apontaram a diferença entre as exigências a depender do cargo em questão. Além disso, muitas dessas habilidades que compõem o perfil do profissional “ideal” se aproximam semanticamente, ou seja, como são parecidas ou complementares, às vezes umas era citadas em detrimento de outras.

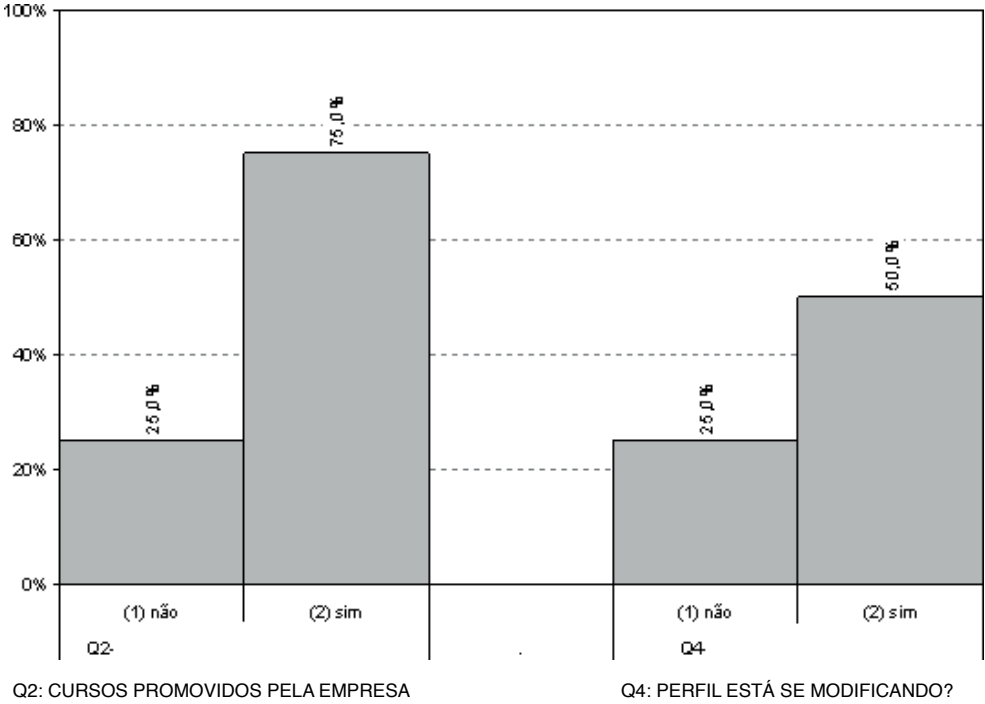


Figura 5: Treinamento e Mudança de Perfil dos Candidatos Fonte: Elaborado pelo Autor (2016)¹.

Na Figura 5, é possível identificar que, após o momento em que os recrutadores traçaram o perfil exigido, diante da indagação de se esse perfil está se modificando, houve uma afirmativa correspondente a 50% (cinquenta por cento) das respostas. Muitos dos informantes declararam que, já há alguns anos, as exigências passaram a ser mais comportamentais do que técnicas, até porque a qualificação técnica, a depender do cargo, pode ser proporcionada após a entrada na empresa.

1 Não responderam para chegar a 100%

Ainda conforme a figura 5 há a representação do resultado das respostas diante da pergunta se, após a aprovação, o candidato faz cursos na empresa. Uma maioria, correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) afirma positivamente que, ao fazer parte da equipe da empresa, os colaboradores são incentivados a participar de treinamentos e de cursos na empresa ou fora dela, sob a forma de bolsas ou auxílios financeiros. Normalmente, esses treinamentos técnicos ocorrem na própria empresa ou em outras sedes do grupo empresarial. Há, também, bastante incentivo quanto a cursos de Língua Inglesa, a depender da função exercida e da nacionalidade da empresa.

Certamente, passa a existir uma visão mais completa em se tratando de qualificação e competência. Arruda (2000) ratifica:

Observa-se, ainda, um redimensionamento das qualificações no interior dos processos de trabalho, que passam a privilegiar as atividades simbólicas e de abstração em detrimento das atividades ditas concretas e passíveis de codificação. Esse deslocamento provoca desqualificação de parte da força de trabalho, mas, diversamente dos períodos anteriores, uma parcela significativa dos profissionais desabilitados não consegue recolocação em outros segmentos da economia, levando a um consenso quanto à necessidade de implementação de ações direcionadas à reconversão e à qualificação profissional. (p.26).

Araújo (2012, p. 51) redimensiona os conceitos de qualificação e de competência a partir das novas mudanças do mundo do trabalho. Revela em seu texto que, com o advento das novas tecnologias e mudanças de organização de trabalho, pelas quais passaram os países capitalistas em meados da década de 80, colocou-se em questão a adequação do conceito de qualificação e seu deslocamento conceitual para o conceito de competência.

a substituição de um termo pelo outro ocorreu, mais precisamente, devido à crescente crítica por parte das classes empresariais à qualificação. Para essas classes, as qualificações supostamente privilegiavam o produto de formação profissional; em outras palavras, os diplomas e certificados eram concedidos "por expressar mais a capacidade potencial do trabalhador do que sua capacidade real" (RAMOS, 2006 apud ARAÚJO, 2012, p. 52)

Em Zarifian (2011 apud Araújo, 2012, p. 52), a competência apresenta como vantagem o retorno do trabalho ao trabalhador, visto que o trabalho não estaria mais reduzido a um dado objetivável, padronizável, prescritível, reduzido, enfim, a uma lista de tarefas relacionadas a uma descrição de emprego. O trabalho, no entanto, nessa nova lógica, assume o papel de um "prolongamento direto da competência pessoal que um indivíduo mobiliza diante de uma situação profissional".

É sentida, assim, a amplitude do conceito de competência, cuja lógica se concentra no indivíduo, em relação à qualificação, cujo modelo se fixava no posto de trabalho. O novo modelo de qualificação profissional não só rompe com o paradigma de qualificação anterior, que privilegiava a especialização, como também com o modelo comportamental requerido ao trabalhador.



Figura 6: Observações sobre Processo Seletivo

Fonte: Disponível em: <<http://www.rio-vagas-empregos.com.br>>. Acesso em: 12 maio 2014.

A ilustração presente na Figura 6, apenas um exemplo entre tantos, retrata o que, genericamente, interfere em uma entrevista de emprego. É visível que, nesse momento, e isso foi retratado pelos recrutadores e profissionais de Recursos Humanos entrevistados para este trabalho, a habilidade comunicativa auxilia direta ou indiretamente na seleção. Nitidamente se percebe a presença de verbos tais como “falar”, “responder” “fazer (perguntas)”, observando a ênfase na expressão verbal. Para além dessa observação, nota-se a valorização da linguagem corporal, manifestada por meio de postura física, aparência adequada ou não, olhar e gestos, enfim, atos que se integram à comunicação.

Conforme inúmeros sites, programas e livros, o currículo entregue na ocasião de uma seleção de emprego, também representa importante elemento de avaliação da capacidade de organização e comunicação do candidato.

No mundo contemporâneo, mais do que oportunidades de trabalho, o que falta são trabalhadores qualificados, setor em que o domínio fluente, versátil, funcional, claro e relevante da linguagem se mostra inteiramente significativo. A escola não pode furtar-se a esse papel *formador* do cidadão técnica, política e socialmente capaz (ANTUNES, 2009, p. 104)

3.3.2 Demandas Linguísticas das Empresas Regionais

Destacam-se, aqui, nesse contexto, a interferência da boa comunicação nas relações trabalhistas; a valorização, por parte dos empresários, de uma adequada aplicação da Língua Portuguesa; os funcionários e suas dificuldades no dia a dia da empresa; a necessidade da capacidade linguística bem desenvolvida nos mais diversos setores de uma empresa, em todas as funções profissionais.

Enquanto a demanda de energia aumenta, as principais operadoras globais de petróleo e gás estão buscando meios inovadores para ajudar a aumentar a recuperação dos campos produtores e expandir as possibilidades de produção. A necessidade das mais recentes e avançadas tecnologias para cumprir metas de produção, abrem mais oportunidades para novos talentos do mercado para compor essas equipes.

Ciente de que essa atividade petrolífera regional é uma forte empregadora de profissionais ligados ao setor, impondo demandas e desafios ao mercado de trabalho local, foi realizado, então, um levantamento empírico a partir dessas empresas do ramo em nossa região, para que se verifique a interferência do aspecto comunicativo em seu desenvolvimento.

Tendo como alvo as empresas que atuam em nossa região, verifica-se uma ratificação dessa realidade. Segundo pesquisa informal realizada em 2013, na 4ª Mostre-se, no IFF/ Campos-Centro, algumas, como a Modec e a Odebrecht Óleo e Gás, incluem em seu processo de seleção provas de redação, a fim de avaliar a capacidade de reflexão e de expressão escrita de seus candidatos. A FMC Technologies aplica provas de Língua Portuguesa (incluindo redação e domínio de conceitos gramaticais) e considera essa avaliação como prioridade em seu processo seletivo. Outras empresas, como a Shimmer, embora não incluam provas de linguagem na admissão de seus funcionários, relatam uma carência de tal habilidade, principalmente em seus funcionários mais antigos.

A realidade mencionada anteriormente se confirma a partir de entrevistas semiestruturadas que foram realizadas durante a Feira Mostre-se, em sua quinta edição, em 2014, no IFF *campus* Campos Centro, ressaltando-se, firmemente, a demanda linguística nas empresas petrolíferas, a maioria com sede em Macaé. Representantes de empresas, como a Fototerra, Sparrows, Halliburton, NOV, Schlumberger, OneSubsea FMC Technologies, Oceaneering, Lupatech, Technip e Odebrecht Oil & Gás, foram indagados acerca do processo seletivo de cada empresa e da importância atribuída à linguagem, no momento do acesso, em etapas posteriores e na prática cotidiana da empresa. Além disso,

buscou-se entrelaçar escola e mercado de trabalho, com a solicitação de sugestões para que a sala de aula contribua, cada vez mais, com esse novo perfil profissional exigido pelas empresas.

As respostas foram, em geral, positivas e veementes no que diz respeito às exigências linguísticas e ao valor que lhes é dado na seleção e na atuação da empresa. Houve, porém, alguma variação quanto ao nível exigido do Inglês e o do Português, de acordo com a nacionalidade da empresa e a função do colaborador. Mas, de alguma forma, direta ou indiretamente, em algum momento, o domínio dessas línguas foi citado como relevante. As empresas de capital nacional consideram o domínio da língua inglesa como diferencial e, não, essencial ao currículo. As empresas multinacionais, principalmente as de nacionalidade americana, submetem os candidatos a um nivelamento quanto ao conhecimento na língua inglesa. Dependendo do cargo a ser ocupado, o teste de proficiência é parte eliminatória do processo de admissão na empresa, não seguindo para a etapa onde os conhecimentos técnicos são avaliados. Já a língua portuguesa mostra-se cobrada e avaliada de alguma forma, mesmo que implicitamente, na seleção para esse mercado, seja por meio de redações, respostas discursivas às questões propostas ou oralmente, durante a entrevista.

Além disso, destaca-se que, hoje, ratificando que o perfil exigido pelas empresas se modificou, a postura comportamental (que inclui a linguagem e a boa comunicação) é tão valorizada quanto o conhecimento da técnica especializada. Segundo os recrutadores e profissionais de Recursos Humanos entrevistados, é mais fácil se desenvolver o aspecto técnico após a contratação, com treinamento já previsto no meio, do que habilitar um comportamento adequado ao meio profissional, quando o funcionário não o apresenta.

Há, pelas empresas analisadas, uma expectativa de que a escola aprimore seu trabalho com as línguas, envolvendo mais leitura, interpretação, escrita, produção de textos típicos do meio empresarial, tais como e-mails e relatórios e o desenvolvimento da expressão oral nas línguas portuguesa e inglesa.

As entrevistas semiestruturadas permitiram que as respostas fossem ora mais objetivas e mensuráveis, ora abertas e de conteúdo mais descritivo. Quanto à existência de uma cobrança no que diz respeito ao domínio efetivo da língua portuguesa, houve uma resposta afirmativa na maioria das empresas. Em seu recrutamento, avaliam direta ou indiretamente o bom uso do idioma e o desembaraço linguístico.

Vale ressaltar que o perfil exigido atualmente se difere do buscado algum tempo atrás. Quando indagados se esse perfil está se modificando, houve uma considerável afirmativa. A técnica específica direcionada ao cargo divide espaço com características comportamentais, tais como dinamismo, iniciativa e comprometimento. A habilidade comunicativa se inclui nesse novo perfil de colaborador. Conhecimentos técnicos ficam, muitas vezes, em segundo plano, até porque muitas das empresas analisadas se propõem a oferecer cursos e treinamentos na área de atuação do técnico, o que já foi apontado anteriormente.

Competências linguísticas, nesse contexto, são subdivididas basicamente em língua portuguesa e língua inglesa. Há, conforme já dito, uma variação de prioridade, a depender da empresa e do cargo almejado.

Embora muitas organizações transnacionais privilegiem a língua inglesa, tanto na comunicação interna como na externa, há uma forte carência de um funcionário que desenvolva com eficiência textos escritos e que se exponha oralmente de forma clara e coerente. A competência linguística aparece como exigência ou como diferencial de acordo, principalmente, com o cargo.

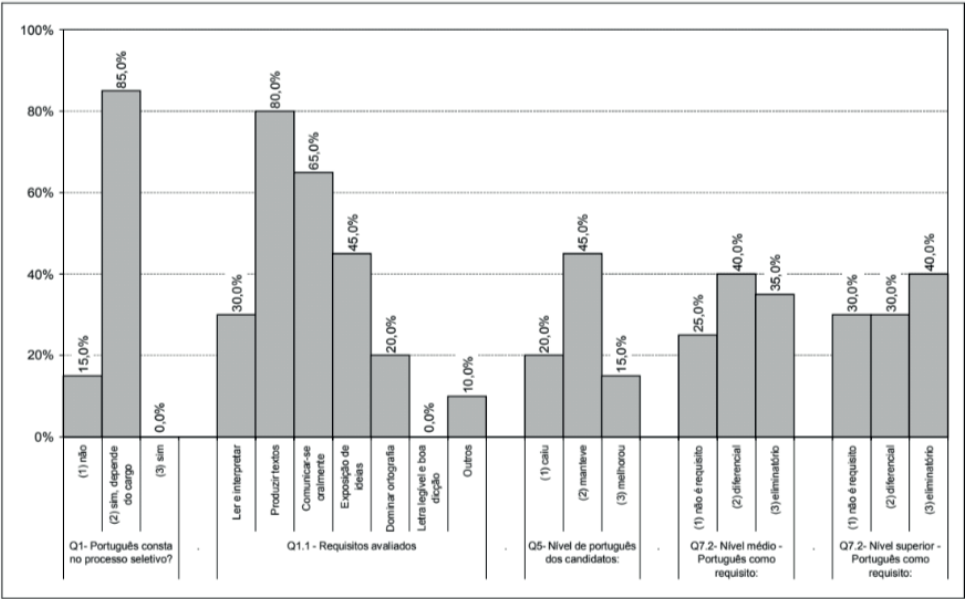


Figura 7: Língua Portuguesa no Processo Seletivo Fonte: Elaborado pelo Autor (2015)².

É possível identificar na Figura 7 que, nos processos seletivos das empresas, em sua maioria- 85% (oitenta e cinco por cento) - o Português consta na avaliação dos candidatos. Segundo relatos dos informantes, direta ou indiretamente, por meio de provas específicas, de redações ou de entrevistas, ou até pela análise das informações apresentadas no currículo, a linguagem do candidato e sua expressão verbal são analisadas.

Esse gráfico aponta, também, quais os requisitos avaliados na seleção. O principal deles é a produção escrita de textos, com 80% (oitenta por cento) da indicação dos recrutadores. Em seguida, a capacidade de comunicação oral, em situações diversas, também é considerada, em 65% (sessenta e cinco por cento) das respostas. Ler e interpretar também foram classificados como importante, em 30% (trinta por cento) das respostas. Os demais requisitos, na verdade, constituem desdobramentos dos dois primeiros, citados

² 20% não responderam, para completar.

em maior ou menor grau, como a exposição de ideias, que aparece com 50% (cinquenta por cento). Letra legível e boa dicção forma colocadas em segundo plano, pouco citadas, essencialmente por conta da linguagem digital em crescimento.

Quanto ao nível de Português do candidato, se houve uma evolução nos últimos tempos ou não, e de acordo com a representação no gráfico, a maior parte respondeu que o nível se manteve – 50% (cinquenta por cento). Outra parcela – 20% (vinte por cento) - afirma que houve uma queda nesse nível. Já para 15% (quinze por cento) dos entrevistados, o uso da linguagem, em geral, melhorou.

Quando indagados a respeito do Português como requisito essencial ou diferencial na admissão de colaboradores, os informantes marcaram bem uma diferença a depender do nível do cargo: se médio/técnico ou superior. O gráfico mostra que, para as funções de nível médio, 40% (quarenta por cento) consideram o requisito um diferencial e 30% (trinta por cento) reconhecem como eliminatório. Uma parcela de 25% (vinte e cinco por cento) aponta a ausência do Português como requisito, embora reconheça a importância do idioma bem utilizado para a comunicação no trabalho, assim como a carência dessa característica em muitos colaboradores nas organizações. Em relação às funções de nível superior, 30% (trinta por cento) dos entrevistados apontam como diferencial e 40% (quarenta por cento) como eliminatório. Já uma parcela de 30% (trinta por cento) não considera a língua portuguesa requisito no processo seletivo, embora também se reconheça a importância da linguagem no cotidiano das empresas.

3.3.3 Encontros e Desencontros entre Sala de Aula e Trabalho

Já se sabe que, segundo a LDBEM, deve haver uma preparação plena e integral do educando. Inserir eficazmente esse aluno no mercado de trabalho a que ele se interessa e pelo qual demonstra aptidão faz parte desse compromisso da escola. Na teoria, sala de aula e vida profissional se encontra, mas na prática escolar cotidiana, o que se observa, com frequência, é diferente.

Partindo da reflexão, presente em variados estudos, que questiona o que a escola ensina, chega-se à fatídica conclusão de que há muito que se reestruturar em termos curriculares e metodológicos.

Em se tratando do ensino da língua, a questão mais fundamental é: o que seria ensinar português para pessoas que já sabem falar o português? O que se vê é que, na prática escolar, muitas das atividades desenvolvidas em sala de aula revelam uma atitude de distanciamento tal da língua materna, que é como se tivesse ensinando uma língua estrangeira.

Porém, ao se olhar o vínculo necessário, mas nem sempre real, entre a sala de aula e o trabalho, irá se deduzir que a defasagem maior está na utilidade prática que parece não existir quando se estuda a linguagem.

Cagliari (2001) diz que o objetivo mais geral do ensino de português é mostrar como funciona a linguagem humana, em especial a nossa língua, quais os usos que tem, e como os alunos devem fazer para entender ao máximo esses usos, na modalidade escrita e oral, em diferentes situações da vida.

A escola, tradicionalmente, tem se apegado a umas tantas coisas a respeito da língua e julgado que isso é tudo. Mais especificamente, tem se apegado ao que diz a gramática normativa (...). O aluno fez centenas de redações e não sabe o que está realmente fazendo, como deve elaborar um texto escrito ou dizer um texto oral em situações diferentes (p. 28).

Na pesquisa realizada para este trabalho, com algumas empresas petrolíferas regionais, muito foi dito quanto a essa necessidade de explorar com os alunos os variados textos que circulam no meio profissional em questão. Foram citados, principalmente, relatórios e e-mails, gêneros textuais extremamente utilizados por colaboradores de uma empresa, a depender do cargo.

O que se verifica em grande parte das escolas técnicas profissionalizantes, essencialmente, é que esses gêneros textuais pouco são trabalhados nas aulas de língua portuguesa. Os relatórios, apesar de cobrados, muitas vezes, pelas disciplinas técnicas dos cursos, a fim de que se descrevam as experiências desenvolvidas e os procedimentos observados, são feitos sem nenhuma ou quase nenhuma orientação.

Embora o trabalho com diversos gêneros discursivos, inclusive os supracitados, faça parte das ementas dos cursos do ensino médio integrado, correspondentes a disciplina de Língua Portuguesa, ainda é tímido o desenvolvimento de atividades voltadas para a prática dessa escrita.

Muitos livros didáticos atuais, quase que em sua totalidade, trabalham fortemente com a questão dos gêneros textuais e do contexto discursivo. Os próprios livros didáticos, em suas orientações, colocam:

Os gêneros do discurso, segundo a definição de Bakhtin, são “tipos relativamente estáveis” de enunciados reconhecidos pelos usuários da língua em determinado contexto social. Surgem da necessidade de representação e comunicação de determinado aspecto da realidade que se faz presente para um grupo de sujeitos. Por conta disso, os gêneros nascem, circulam, transformam-se e caem em desuso, de acordo com o movimento e a transformação da própria sociedade (RAMOS, 2013, p. 407)

Nas entrevistas concedidas pelos recrutadores das empresas, também se destacou a importância da oralidade na hora da entrevista de emprego. O “bom português” é observado no momento da expressão oral, em que os candidatos a uma vaga respondem às perguntas e suas informações são avaliadas não só quanto ao conteúdo, mas também quanto à forma.

Ramos (2013, p.411) lembra que as diretrizes oficiais para o ensino de Língua Portuguesa no nível médio indicam a necessidade de ampliar a competência do aluno para o uso dos diferentes gêneros orais, especialmente os de registros mais formais em contextos públicos de comunicação.

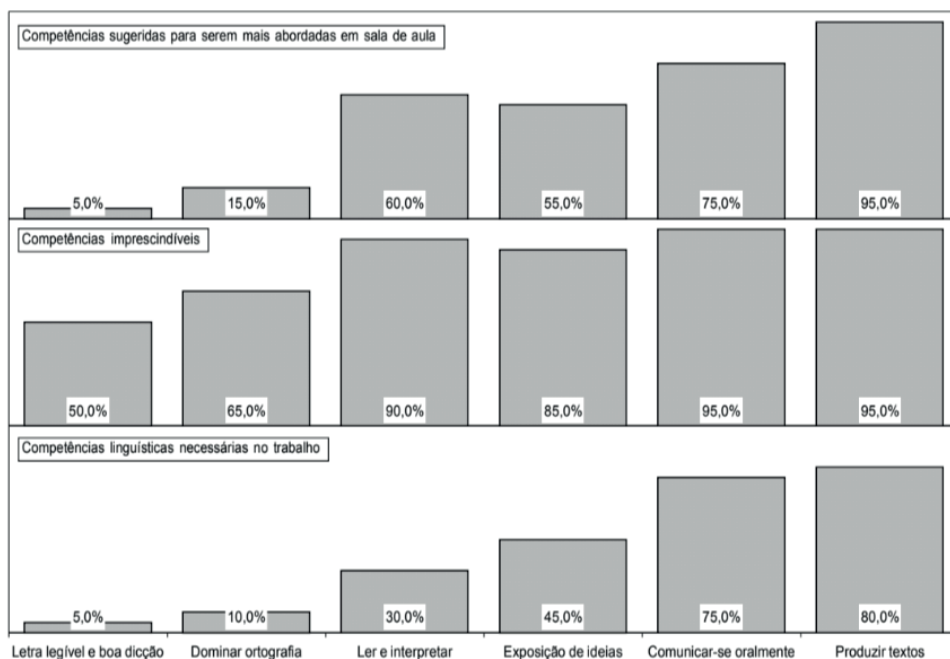


Figura 8: Competências Linguísticas no Trabalho e na Escola

Fonte: Elaborado pelo Autor (2015).

A Figura 8 simboliza os percentuais relativos às competências linguísticas, tendo em vista a necessidade já detectada nas empresas de uma linguagem mais aprimorada, e, ao se elencar as competências, a importância que lhes é dada, bem como a sugestão, por parte das empresas, para as aulas de Língua Portuguesa.

Conforme já apontado, letra legível e boa dicção ficam com menor percentual na lista das necessidades já observadas nas organizações. Comunicar-se oralmente e produzir textos escritos, principalmente e-mails e relatórios, são as habilidades mais valorizadas. Registraram-se algumas sugestões das empresas para que se explore a linguagem na sala de aula, e, em sua maioria, dizem respeito à redação e ao desenvolvimento de vocabulário, da leitura e da interpretação. Sugeriu-se também a exploração de seminários, debates, enfim, de gêneros que desenvolvam a oralidade.

Observa-se, inclusive, perante o que foi apresentado na Figura 8, que há uma correlação entre as competências sugeridas em sala de aula e as consideradas necessárias no dia-a-dia empresarial, excetuando-se as habilidades de leitura e interpretação e de exposição de ideias, cuja importância em percentuais se alterna.

O presente estudo busca, essencialmente, a relação escola-mercado de trabalho e, nesse contexto, muitas respostas e sugestões passaram por uma espécie de apelo a um investimento maior em um ensino mais significativo e prático, com dicas como explorar textos próprios do meio corporativo. Enfim, sugeriu-se que se estreitasse uma parceria entre a sala de aula e o mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 CONCLUSÕES

Diante do exposto e analisado, ao longo deste texto, é proposta uma busca no sentido de alicerçar o ensino da língua materna, objetivando a consolidação da educação como instrumento de inserção profissional e social. Isso requer, antes de tudo, um redirecionamento quanto a questões de ordem curricular e prática no processo de ensino-aprendizagem.

Fiorin (2013) coloca a linguagem como uma forma de o homem agir no mundo, porque há ações que se realizam ao dizer e ações que ocorrem em consequência do que se diz. Complementa:

A linguagem não se presta apenas para perceber o mundo, para categorizar a realidade, para realizar interações, para informar, para influenciar, para exprimir sentimentos e emoções, para criar e manter laços sociais, para falar da própria linguagem, para ser lugar e fonte de prazer, para estabelecer identidades, para agir no mundo. (p. 30)

Fiorin (2013, p. 30) afirma, ainda, que, sem a linguagem, não se pode estruturar o mundo do trabalho, pois é ela que permite a cooperação entre os homens e a troca de informações e de experiências.

Visto que a linguagem é o mais amplo elemento de comunicação humana e suas funções são diversas, investir e valorizar esse recurso de interação entre os seres é medida de suma valia para a evolução individual e social das pessoas, profissionalmente ou não.

Faz-se necessária uma nova forma de se pensar a educação linguística em âmbito nacional. Em se tratando de nossas constatações em termos regionais, é reiterada tal necessidade. Entre altos e baixos em nossas salas de aula, os reflexos estão expostos. Falta qualificação de mão de obra, mas esse preparo exigido pelas empresas petrolíferas regionais analisadas ultrapassa a questão técnica. As exigências linguísticas encontram impasses variados em nossas escolas.

Dessa forma, sabendo que a linguagem e o aspecto comunicativo constituem elementos importantes nessa qualificação profissional, que complementam a parte teórica/técnica, vale repensar os processos educativos e as políticas educacionais. A formação do professor de Língua Portuguesa representa um dos caminhos para o aperfeiçoamento e redirecionamento do ensino linguístico.

Verificou-se um novo perfil de trabalhador, já há algum tempo anunciado na literatura. Porém, com a pesquisa de campo realizada para este trabalho, pode-se confirmar, na prática, a evolução de conceitos como os de qualificação, competência, habilidade. Esses termos se misturam e caracterizam a vertente principal desta dissertação.

Diante dos resultados, confirma-se a hipótese de que as demandas das empresas petrolíferas regionais se alteraram e que a linguagem ocupa um importante papel no

processo de empregabilidade dessas organizações. Paralelamente, confirma-se que o meio educacional que prepara para esse mercado ainda está carente de políticas públicas e educacionais de qualidade, apesar de ações que já avançam nesse sentido há algum tempo.

Um ensino de línguas que, em última instância, esteja preocupado com a formação integral do cidadão, tem como eixo essa língua em uso, orientada para a interação interpessoal, longe, portanto, daquela língua abstrata, sem sujeito e sem propósito - língua da lista de palavras e das frases soltas (ANTUNES, 2009, p.38)

4.2 TRABALHOS FUTUROS

Tendo em vista algumas limitações do presente trabalho e a perspectiva de se aprofundar em questões aqui colocadas, pretende-se uma extensão dessa pesquisa, seja no campo empresarial ou no âmbito educacional.

Sabe-se que as reflexões apontadas neste trabalho se aplicam a outros contextos profissionais. Daí a intenção de se estender a pesquisa a outros setores de organizações relacionadas ao petróleo e gás, ou não, em cuja realidade pode-se confirmar ou refutar a hipótese de um novo perfil laboral, que inclui as competências linguísticas como requisito.

Há, também, a possibilidade de se reforçar a pesquisa no espaço escolar, nas instituições com cursos técnicos em nível médio e superior. Analisar a ótica de outros segmentos, como o discente e o docente, de determinada instituição, seria interessante e complementar esse ciclo escola-mercado.

O apontamento de propostas e políticas nessa direção educacional, que foram abordadas ao longo desse trabalho, quando se discute um novo olhar sobre o ensino e a formação linguística, pode se desdobrar em outras novas propostas de políticas educacionais e linguísticas, em vários níveis de ensino.

É válido destacar que o presente estudo possibilita uma ampliação de informantes, informações, contextos, enfim, de elementos relacionados a essa discussão, já que a formação linguística que se pretende no mercado de trabalho não é algo limitado a dois ou três anos de estudo apenas. Faz parte de um ciclo educacional que começa na alfabetização e se estende ao longo do período de formação do aluno. Competências de leitura e de escrita não podem ser tratadas como meros conteúdos que compõem uma disciplina escolar. Mas como capacidades a serem desenvolvidas por meio de práticas que as favoreçam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2013. 3 v.

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. **Muito além da gramática: Por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2013.

ARAUJO, Eneida Maria Erre. **O domínio da norma culta da língua portuguesa no mundo do trabalho: inclusão/exclusão no sistema de produção flexível**. 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

ARAUJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. Qualificação versus competência. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p.25-39, maio 2000. Disponível em:< <http://www.senac.br/BTS/262/boltec262b.htm> >. Acesso em: 14 maio 2014.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz..** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BIZZOCCHI, Aldo. O que é uma língua? **Revista Língua Portuguesa**. São Paulo, n. 72, p.62-63, out. 2011. Disponível em: < <http://revistalingua.com.br/textos/blog-abizzocchi/aldo-bizzocchi-253207-1.asp> >. Acesso em: 14 abr 2014.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Índice de desenvolvimento da educação básica**. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>>. Acesso em: 14 maio 2015.

_____; _____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 14 maio 2015.

_____; _____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ENSINO MÉDIO. **Parâmetros**

curriculares nacionais para o ensino médio: bases legais. Brasília: MEC/SEB, 2000.

_____; _____. **Orientações curriculares para o ensino médio**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

CAGLIARI, Luiz Carlos. A linguística e o ensino de português. In: CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2001. p. 16-49.

CRUZ, José Luis Vianna da. Que crise é essa?: a queda na arrecadação das rendas petrolíferas nos municípios da região produtora do Estado do Rio de Janeiro. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**. Campos dos Goytacazes, n. 48, p.2-5, jun. 2015. Trimestral. Disponível em: <<http://www.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

DIAS, Robson Santos. O arranjo produtivo de petróleo e gás natural em Macaé-RJ. In: PIQUET, Rosélia (org); CRUZ, José Luis Vianna da (org); VILANI, Rodrigo Machado (org.). **O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.p. 232-237.

FIORIN, José Luiz. A linguagem humana: do mito à ciência. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Linguística?: que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013. p. 13-43.

FUHRMANN, Leonardo. No canteiro de obras. **Revista Língua Portuguesa**, São Paulo, n. 72, p.22-26, out. 2011.

GUEDES, Paulo Coimbra. **A formação do professor de português: que língua vamos ensinar?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. Disponível em: < <http://portal1.iff.edu.br/> >. Acesso em: 14 maio 2014.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUQUETTI, Eliana Crispim França; MOURA, Sérgio Arruda de. Políticas linguísticas na escola: a conscientização linguística na formação do professor. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE LETRAS E ARTES, 4., 2009, Campos dos Goytacazes. **Anais...** Campos dos Goytacazes: Essentia, 2010. p. 1 - 10.

MARCUSCHI, Beth. O que nos dizem o SAEB e o ENEM sobre o currículo de língua portuguesa para o ensino médio. In: BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia. **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 57-82.

MENEZES, Vitor. Royalties não promoveram justiça social. In: PIQUET, Rosélia; CRUZ, José Luis Vianna da (org); VILANI, Rodrigo Machado (org). **O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.p. 238-243.

MOURA, Sérgio Arruda de; SOUZA, Marinete Sales de; MACHADO, Andressa do Amaral. Introdução a uma pedagogia linguística na escola. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 7, 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 1 - 13.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PINTO JÚNIOR, Helder Queiroz. Mercado internacional do petróleo e os desafios do pré-sal. In: PIQUET, Rosélia (org.). **Mar de riqueza, terras de contrastes: o petróleo no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2011. p. 79-105.

PIQUET, Rosélia. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico- metodológicas. In: (org); SERRA, Rodrigo (org.). **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 15-34.

_____. (org.). **Mar de riqueza, terras de contrastes: o petróleo no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2011.

_____. (org); CRUZ, José Luis Vianna da (org); VILANI, Rodrigo Machado (org.). **O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. 466 p.

_____.; TERRA, Denise. A roda da fortuna: a indústria do petróleo e seus efeitos multiplicadores no Brasil. In: (org.). **Mar de riqueza, terras de contrastes**: Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2011. p. 11-48.

POSSENTI, Sírio. O ponto de vista de Marte. **Revista Língua Portuguesa**, São Paulo, n. 70, p.22-23, ago. 2011.

RAMOS, Rogério de Araújo. **Ser Protagonista: Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2013.

RIBEIRO, Alcimar das Chagas; CHAVEZ, José Ramon Arica; PIMENTEL, Vinicius. Os reflexos da queda das rendas do petróleo nos principais municípios da Bacia de Campos. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**. Campos dos Goytacazes, n. 47, p.8-10, mar-maio. 2015. Disponível em: <<http://www.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

SOARES, Magda. O fracasso da /na escola. In: SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2000.p. 8-17.

SOUZA, Cristian Wagner de. Polifonia, dialogismo e gêneros. **Revista UNIFIA**, São Paulo, p.1-9, 2011. Disponível em: < unifia.edu.br/revista_eletronica>. Acesso em: 16 set. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A: EMENTA DO CURSO DE LETRAS: INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE: CAMPUS CAMPOS CENTRO

Dimensões da formação docente		Eixos temáticos /disciplinas	Carga horária (h/a)
1º período	Dimensão dos saberes específicos	História da Língua Portuguesa	80
		Linguística I	40
		Teoria Literária I	40
		Fundamentos sócio-filosóficos da Educação	60
		Trabalho e Educação	40
	Dimensão dos saberes instrumentais	Leitura e Produção Textual I*	60
		Leituras Orientadas I**	60
	Dimensão da prática profissional	Atividades–acadêmico-científico-culturais	-
		Subtotal	380
2º período	Dimensão dos saberes específicos	Fonologia da Língua Portuguesa	80
		Linguística II	40
		Teoria Literária II	40
		Psicologia da Educação	40
		Organização dos Sistemas Educacionais I	80
	Dimensão dos saberes instrumentais	Leitura e Produção Textual II*	60
		Leituras Orientadas II**	60
	Dimensão da prática profissional	Atividades–acadêmico-científico-culturais	-
		Subtotal	400

3º período	Dimensão dos saberes específicos	Morfossintaxe da Língua Portuguesa	80
		Sociolinguística	40
		Teoria Literária III	40
		Língua Latina I	40
		Linguagens no Ciberespaço**	60
		Teorias da Aprendizagem	60
		Organização dos Sistemas Educacionais II	80
	Dimensão dos saberes instrumentais	Leitura e Produção Textual III*	60
	Dimensão da prática profissional	Atividades–acadêmico-científico-culturais	-
		Subtotal	460
4º período	Dimensão dos saberes específicos	Sintaxe da Língua Portuguesa	80
		Literatura Brasileira I	80
		Língua Latina II	40
		Análise do Discurso e Pragmática	40
		Organização e Gestão da Educação Básica I	60
		Organização e Gestão de Ambientes de Aprendizagem I	80
	Dimensão dos saberes instrumentais	Leitura e Produção Textual IV*	60
	Dimensão da prática profissional	Atividades-acadêmico-científico-culturais	-
		Subtotal	400

5º período	Dimensão dos saberes específicos	Sintaxe da Língua Portuguesa	80
		Literatura Brasileira II	80
		Literatura Portuguesa I	60
		Fundamentos da Semiótica I	40
		Organização e Gestão da Educação Básica II	60
		Organização e Gestão de Ambientes de Aprendizagem II	80
	Dimensão dos saberes instrumentais		
	Dimensão da prática profissional	Estágio Curricular Supervisionado I	100
		Diálogos com a escola-campo**	40
		Atividades–acadêmico-científico-culturais	-
		Subtotal	540
6º período		Sintaxe da Língua Portuguesa	80
		Literatura Brasileira III	80
		Literatura Portuguesa II	60
		Fundamentos da Semiótica II	40
	Dimensão dos saberes instrumentais	Organização e Gestão de Ambientes de Aprendizagem I (LP e LB)*	60
		Tecnologias da Informação e da Comunicação e o Ensino de LP, LB*	40
		Pesquisa no Ensino de Letras	40
	Dimensão da prática profissional	Estágio Curricular Supervisionado II	100
		Diálogos com a escola-campo**	40
		Atividades–acadêmico-científico-culturais	-
			540
7º período	Dimensão dos saberes específicos	Semântica da Língua Portuguesa	80
		Literatura Brasileira IV	80
		Literatura Africana de Língua Portuguesa	40
		Organização e Gestão de Ambientes da Aprendizagem II (LP e LB)*	60
	Dimensão dos saberes instrumentais	Monografia I	60

	Dimensão da prática profissional	Estágio Curricular Supervisionado III	100
		Diálogos com a escola-campo**	40
		Atividades–acadêmico-científico-culturais	-
		Subtotal	460
8º período	Dimensão dos saberes específicos	Literatura Infante – Juvenil	40
		Literatura Comparada I	80
		Literatura Africana de Língua Portuguesa	40
	Dimensão dos saberes instrumentais	Monografia II	60
		Libras	40
	Dimensão da prática profissional	Estágio Curricular supervisionado IV	100
		Diálogos com a escola-campo**	40
		Atividades-acadêmico-científico-culturais	-
		Subtotal	400
		Atividades acadêmico-científico-culturais	200
		TOTAL	3820

Carga horária total das disciplinas dos saberes específicos	2820h/a
Prática como componente curricular	400h/a
Estágio supervisionado	400h/a
Atividades acadêmico-científico-culturais	200h/a
TOTAL	3820h/a

APÊNDICE B: PROTOCOLO DE ENTREVISTA PARA OS RECRUTADORES OU SUPERVISORES DAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS

1) Dados iniciais:

Empresa:

Setor de atividade:

Nome do entrevistado:

Função na empresa:

Data da entrevista:

Sobre o processo seletivo e o início da fase de trabalho

1) O Português consta no processo seletivo da empresa?

Se a resposta for sim, responder a pergunta 1.1 :

1.1) Quais são os requisitos avaliados de Português?

2) Após a aprovação, o candidato faz cursos na empresa? () Sim () Não

Se a resposta for sim, responder à pergunta 2.1:

2.1) Qual o conteúdo desses cursos? Área específica:

Português :

Sobre o perfil do técnico de nível médio

3) Qual é o perfil do técnico de nível médio que a empresa deseja contratar? Que competências ele deve trazer de modo geral?

4) Esse perfil, exigido pela empresa, está se modificando?

Sobre o Português

5) A cada processo de admissão, observa-se que os candidatos estão aprimorando-se quanto ao nível de Português?

6) Quais são as competências de Português que um técnico de nível médio, na área de atuação na empresa, utiliza no trabalho?

7) Quanto às exigências do PORTUGUÊS:

7.1- Marque aquelas que em sua opinião, são imprescindíveis para a empregabilidade.


- () Ler e interpretar textos simples
- () Produzir textos, tais como e-mail e relatório () Comunicar-se bem oralmente
- () Apresentar facilidade em expor ideias e argumentar () Dominar ortografia
- () Ter letra legível e/ou boa dicção () Outros. Quais?

7.2- O Português é requisito essencial ou diferencial na admissão de colaboradores?
Profissionais de Nível médio/técnico () essencial/eliminatório () diferencial Profissionais de Nível superior () essencial/eliminatório () diferencial

Sobre a relação entre o mercado de trabalho e a escola

8) Como você vê a relação entre a sala de aula e o mercado de trabalho? Ela acontece? Precisa ser mais próxima? De que forma buscar uma maior aproximação?

9) Há alguma sugestão mais específica para as aulas de **Língua Portuguesa**, no que diz respeito à demanda da empresa?



DA SALA DE AULA AO TRABALHO:

as exigências linguísticas das empresas
petrolíferas do norte fluminense



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DA SALA DE AULA AO TRABALHO:

as exigências linguísticas das empresas
petrolíferas do norte fluminense



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br